

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTOS, Manoel da Conceição. Manoel da Conceição Santos (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 49min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Manoel da Conceição Santos
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Melissa Lourenço Machado;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 24/07/2006

Duração: 2h 49min

Arquivo digital - áudio: 6; Fita cassete: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Ação Popular (1962); Associações rurais; Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Comunismo; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ; Elites agrárias; Golpe de 1964; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Herbert de Souza; Igreja Católica; José Sarney; Latifundiário; Latifúndio; Ligas camponesas (1955-1964); Luiz Inácio Lula da Silva; Mao Tsé Tung; Miguel Arraes; Militância política; Movimento camponês; Movimento de Educação de Base (1961); Movimento dos Sem Terra (MST); Partido dos Trabalhadores - PT; Propriedade rural; Questão agrária; Reforma agrária; Repressão política; Sindicatos de trabalhadores; Trajetória política; Violência;

Sumário

Entrevista: 24/07/2006 A origem camponesa, no Maranhão, onde o pai trabalhava para latifundiários; o trabalho como lavrador, junto ao pai, desde a infância ; a falta de estudos e a alfabetização tardia, entre os dezessete e dezoito anos; a expulsão da família do entrevistado das terras que eram de sua família há gerações; a mudança para Bacabal do Mearim e a posterior expulsão da comunidade que vivia ali, pelos latifundiários; o juramento do entrevistado de acabar com a “dominação dos fazendeiros sobre os trabalhadores que não tem terra”; a atuação do entrevistado junto a uma associação de trabalhadores rurais, com o intuito de recuperar a terra da sua família; o confronto entre a associação e soldados, que resultaram em dez mortos e na fuga do entrevistado; o contato com o Movimento de Educação de Base (MEB); a criação de escolas de alfabetização e formação política; comentários sobre a fundação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão; os primeiros contatos com as Ligas Camponesas; as primeiras reivindicações do sindicato; a organização de uma cooperativa; a crença no poder como união do trabalhador braçal que produz a riqueza e do produtor de conhecimento filosófico, técnico e científico; a luta do campo como uma continuação da luta de Zumbi dos Palmares, Antonio Conselheiro e da Balaiada; menção a José Vicente e Antonio Lisboa Britto como lideranças do movimento, ligados diretamente ao MEB; o Golpe Militar de 1964, ocasionando a ocupação do sindicato e a prisão de José Vicente; menção ao contato com Dom. Fragozo, bispo de São Luiz e presidente da MEB; a prisão do entrevistado; a saída da cidade e a organização de um grupo de trabalhadores armados com o intuito de invadir Pindaré-Mirim e derrubar o governo municipal; o contato com o membro da MEB, Ruy Frazão: a dispersão do grupo armado e a participação na campanha de José Sarney, para o governo do Maranhão, em 1965, sob sua orientação; a reorganização dos sindicatos e o acirramento da luta contra os latifundiários; o contato com a Ação Popular (AP), a partir de 1964, e a entrada do entrevistado nesse grupo em 1967; a intervenção da polícia à uma atividade do sindicato contra a malária, que resultou na perda da perna direita do entrevistado; a conversa com Sarney, na qual o entrevistado falou a famosa frase, “minha perna é minha classe”, ganhando repercussão mundial; a criação de um novo MEB, de atuação local, pelo entrevistado e mais quatro pessoas, que recriaram, em 1970, os sindicatos de Pindaré-Mirim, de Santa Luzia e de Bom Jardim; a ida para São Paulo e o

trabalho de organização e educação dos operários no ABC paulista; o convívio com Herbert de Souza (Betinho); a viagem à China, junto à companheiros da AP, e a conversa com Mao Tse-tung; a compreensão, a partir da AP, do que era comunismo, e as músicas compostas pelos trabalhadores como reação às injustiças dos latifundiários; a ameaça do delegado Sérgio Paranhos Fleury, sofrida pelo entrevistado, que lhe levou ao exílio; a ida para a Suíça em 1976, e as notícias sobre a possibilidade da criação de um partido dos trabalhadores, no Brasil, a partir de 1978; os primeiros contatos com Luiz Inácio Lula da Silva, por correspondência; a chegada ao Brasil e às discussões acerca da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT); os debates internos da AP sobre a entrada ou não no PT; a candidatura do entrevistado ao governo de Pernambuco, em 1982; a atuação na organização de sindicatos rurais junto ao PT; a relação do entrevistado com Miguel Arraes; as experiências do entrevistado como candidato à Senador e, posteriormente à Deputado Federal; a criação do grupo interno do PT do Maranhão, PT de Aço, do qual o entrevistado participou; a atuação na criação de cooperativas e das centrais: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); comentários sobre a produção agrícola da região; a participação na fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e sua atual relação com ele; comentários sobre o Governo Lula e a possibilidade de transformação do país, ao poucos, mantendo a democracia

1ª Entrevista: 24/07/2006

M.M. – Senhor Manuel, nós gostaríamos de começar a conversa com o senhor falando, ainda que rapidamente, das suas origens familiares, onde o senhor nasceu, como é que o senhor entrou na militância política.

M.C. – Antes de entrar no tema, eu queria dizer a todos e a todas que aqui estão que, no momento, eu me sinto muito satisfeito, muito alegre, muito contente por estar aqui, na sede da Fundação Perseu Abramo, falando de política. Tanto do ponto de vista mais histórico como também do ponto de vista da atualidade que nós vivemos, nessa conjuntura, se assim for necessário. E para mim é um orgulho estar aqui com vocês. Me sinto muito satisfeito, me sinto muito bem em estar aqui. Voltando à questão que você coloca. Você podia repetir de novo?

M.M. – Eu queria saber onde e quando o senhor nasceu, um pouco sobre os seus pais, sobre a sua infância.

M.C. – Então vamos lá. Eu nasci no dia 24 de julho de 1935, num lugar chamado Pedra Grande.

M.M. – O senhor está fazendo aniversário!

M.C. – Se Deus quiser, é hoje.

M.M. – Olha só. Que maravilha. Parabéns. [risos] 24 de julho.

M.C. – Em 1935, num lugarejo, povoado, chamado Pedra Grande, que na época era município de Corootá. Fica na margem do rio Itapecuru, antiga estrada-de-ferro, primeira do Maranhão. E o meu pai chamava-se Antonio Raimundo dos Santos e minha mãe, Maria Euleautéria Santos. Todos dois eram lavradores de terra que não tinham; mas é lavrador nas terras dos chamados coronéis, dos capitães, daquelas homens da época que chamava-se dono de terra, criadores de gado extensivo, naquele tempo. A terra em que meu pai habitava, onde ele fez uma casinha e tinha um quintal, um sítio, era de herança dos avós, era própria; mas onde fazia a roça, trabalhava todo o ano era a terra dos donos, dos latifundiários. E lá eu nasci e me criei trabalhando na roça junto com meus pais e numa pequena oficina de ferreiro. Meu pai era ferreiro. Era ele que fazia as ferramentas para trabalhar na agricultura, como foice, machado, facão, enxada, cotéu, enfim, todas aquelas ferramentas para trabalhar na

agricultura segundo a época, não é, no nosso atraso. E também consertava outras como arma de caça e fazia arma de caça. Enfim, essa era a profissão dele. E foi assim que eu me criei. Não tive oportunidade de ir na escola nenhuma vez. Eu sou analfabeto de pai e mãe, de forma natural; nunca me sentei num banco escolar nem para ler uma carta de abc da época. E o que eu aprendi como leitura foi assim: depois de rapaz, envergonhado porque uma vez uma moça me escreveu uma carta e eu não sabia ler, e aí fui pedir a um camarada que era amigo meu para ler e ele leu, depois espalhou o boato por todo canto que tinha lido a minha carta, que tinha lido o que a moça disse para mim, essa coisa toda, eu me zanguei por aquilo, aí eu passei a pedir lição a quem sabia ler, de casa em casa. Foi assim que eu aprendi começar a ler alguma coisa e escrever alguma coisinha. Foi nessa época.

M.M. – Quantos anos você já tinha?

M.C. – Tinha já uns dezessete, dezoito anos.

M.M. – E você ficou morando nessa região. E como é que foi a sua entrada, então, na militância política, nos movimentos sociais? Quando é que foi isso? O que levou você a se interessar por isso?

M.C. – Na minha região tinha um fazendeiro, criador e grande comerciante, chamado Luís Soares. Ele era conhecido como o pai da pobreza. Um homem que, qualquer coisa que mexia com um agregado dele, que trabalhava em suas terras, ele entrava em favor, para defender. O homem que vendia a chamada produção que ele tinha lá, de tecido, de panela, de prato, tudo, num ano para pagar no outro. E a gente comprava a crédito e pagava no outro ano. Então ele era conhecido como pai da pobreza. No outro ano, ele ficava com o nosso arroz, nosso milho, nossa farinha, mandioca, tudo, nós levávamos o que precisávamos; pagava tudo e pronto. Bom. Esse cidadão, uma época, ele chegou na casa de meu pai, perguntando se meu pai tinha os documentos daquele terreno que nós morávamos. Papai dizia: “Não tenho, não. Já vem dos meus avós, dos meus pais e avó e tudo. Eu, até hoje, moro aqui mas não tenho documento.” Aí ele perguntou a meu pai se meu pai aceitaria que ele registrasse a terra, dentro dos documentos dele, como dele. Meu pai disse: “Como assim?” Disse: “Eu vou registrar dentro dos meus terrenos, fica como minha, mas na verdade é de vocês, para filhos e netos, a vida inteira.” Aí meu pai concordou. Ele era um cara, segundo ele, muito *legal*, muito bom. E em 52, depois que ele fez esse registro dessas terras para ele, ele morre; e a viúva dele, chamada Margarida Maria Alves, Guida, ela entendeu que

a terra não era nossa, era do finado marido; e ela foi pedir para nós sair da terra, que ela precisava daqueles terrenos para botar outros moradores. Meu pai ficou muito revoltado e falou muito mas não quis sair. Mas eles terminaram arranjando jagunço, policiais lá do município e expulsaram nós da terra. Ele tinha morrido em 52 e isso aconteceu em 55. Três anos depois. Foi bem aí que começou na minha pessoa uma primeira revolta contra latifundiário, fazendeiro. Que na época, não chamava nem latifundiário, era fazendeiro, dono de terra. E essa expulsão, nós fomos obrigado a se mudar de lá e viemos morar num lugar chamado Bacabau do Mearim. Já era distante, lá do rio Itapecuru para o rio Mearim devia dar umas vinte léguas mais ou menos; na época chamava légua, não é. O que seria uns sessenta quilômetros. Aí chegamos lá nesse povoado, onde já morava um bocado de famílias, que era até evangélico, do Sétimo Dia, adventistas. E lá nós ficamos morando também. Dois anos depois que nós estávamos ali trabalhando e morando apareceu um outro dono dessas terras, chamado Manacé Castro, que era filho do delegado de polícia que tinha o nome de Raimundo Alves de Castro. Essas terras lá, segundo os moradores, elas eram terras da união, terras devolutas, terra que nunca tinha aparecido o dono. E aí, nessa época, estavam querendo criar gado, eles lá, e aí queriam tomar essas terras, grilar, uma certa grilagem até. E como não se quis sair, terminou por expulsar, novamente. Aí os moradores se juntaram e discutimos bastante, soubemos notícia que tinha uma associação rural que havia sido criada no município de Bacabau. Juntou lá três pessoas, nós fomos lá, para saber que providências a gente tomava. E fomos lá em Bacabau, encontramos lá com o presidente da associação, conversamos bastante, contamos toda a história, essa ameaça de expulsão, e o fato é que nós fomos lá para a casa do delegado, lá para a delegacia, fomos na casa do prefeito, conversamos lá; e depois o rapaz disse assim, o presidente da associação disse: “Olha, você volta. Lá, você junta os moradores tudinho e crie lá uma associação, uma delegacia da associação daqui. E aí, com essa orientação, chegando lá no local denominado Copaíba, saí de casa em casa convidando os moradores para conversar sobre a associação e as providências que tinha sido tomada. E quando nós estávamos lá reunidos, num salão um pouco maior do que esse, que era o salão onde os moradores se reuniam para orar, cantar hino, essa coisa, e (ou)vimos o barulho de um carro lá na estrada de areia, estrada de barro. Quando chegou, era um caminhão, e dentro vinham uns vinte jagunços e o senhor Manacé Castro, todo mundo armado de revólver, espingarda e punhal, dizendo: “não corre ninguém porque morre”, e aí ninguém correu mesmo, não é. Tomaram conta das portas e disseram assim: “Quem correr morre.” Ninguém

correu. Aí, saltou para dentro do salão um jagunço e matou, a sangue-frio, de punhal, facada, no momento, dois rapazes, uma velhinha de setenta e poucos anos e uma criancinha de três anos. Os rapazes morreram porque eles foram um pouco meio... mais... falaram duro, não é, e eles juntaram, colocaram o rapaz na parede, matou os dois. E a velhinha morreu porque corria na sala gritando: “não mate meus filhos, seus desgraçados”, e eles deram um tapa, jogaram no chão e cravaram com um punhal nas costas, e ela ficou rodando, *assim*, na terra. E a criança, porque estava gritando papai, papai, de choro, não é, e eles pegaram na criança e deram um soquete na parede como essa dali, e a cabeça estourou, abriu o miolo, e a criança morreu na hora. Eu escapei só com um ferimento na perna esquerda porque... a sorte é que, quando eu ia saindo, deram um tiro, mas o tiro não pegou no osso, pegou só num bocado da perna aqui, cortou; e eu escapei porque já estava mais ou menos escurecendo tudo, tem uns mangais, tinha muito pé de manga bonito, e eu me escondi lá pelos... Mas me deram uns tiros ainda mas... não me encontraram mais, terminaram indo embora. E deixa lá os corpos dos mortos: a velhinha, os dois rapazes e a criança. Voltando, depois que eles foram embora, voltei para o salão, convidei todos os moradores que estavam ali ainda por perto, todo mundo voltou, porque não tinha mais ninguém, e nesse momento que eu estava com tanto... eu diria, raiva, revolta muito grande... E nesse tempo lá, eu era evangélico da Assembleia de Deus. Aí eu me ajoelhei perante os mortos e aí fiz um compromisso com eles e com toda aquela comunidade e com Deus, dizendo assim: que a partir daquele momento eu teria esse compromisso de lutar, enquanto vivesse, para um dia ver o chamado fim da dominação dos fazendeiros com os trabalhadores que não tinha terra. E esse juramento que eu fiz foi público e aberto lá na hora. E fui para casa. E começou uma perseguição grande. Eu deixei meus pais e fui me embora para o lugar que eu tinha vindo, chamado Pirapemas.

M.M. – Quantos anos você tinha?

M.C. – Isso foi em 56, essa ocorrência.

M.M. – Ah, foi 56.

M.C. – É, por aí. Não me lembro bem assim os anos exato. Foi em 56. Chegando em Pirapemas, de volta, encontrei lá uma associação que havia sido criada também. Eu não participei da fundação. Cheguei, já estava feita. E a bandeira de luta da associação foi reconquistar as terras de quem haviam perdido para os grandes proprietários lá, que eles tinham tomado. Eu pensei que era só nós que tinha perdido as terras; mas só que não foi só

nós, foi dezenas de outras famílias. Esse rapaz, esse senhor Luís Soares, tinha feito a mesma coisa, tinha colocado as terras dos moradores dentro da dele, como dele, registrou no cartório. E aí... O presidente da associação chamava-se Antonio Vicente. Antonio Vicente fez lá um debate, todo mundo disse que queria a terra de volta, ele diz: mas para poder provocar os homem lá, quer dizer, criar um conflito, vocês são os donos mesmo da terra, são os donos das frutas, vocês vão começar a tirar as frutas que vocês plantaram lá, laranja, os abacaxis, os abacates, tudo que tiver lá; é de vocês, vocês apanham, vão trazendo. E quando eles levar na justiça, a gente vai entrar, provar que não é deles a terra.” Aí... assim o pessoal fizeram.

M.M. – E essa associação era ligada ao Ministério do Trabalho?

M.C. – Era uma associação... Na época... Eu não sei bem assim, porque na época eu não estudava muito isso, não é. Eu estava mais por uma questão de revolta mesmo. Mas não sabia assim como é que era feito, não. Só sei que era legal. Ela tinha legalidade. Não era clandestina. Não era ilegal. E a notícia correu para São Luis porque a dita senhora Margarida Maria Alves, dona Guida, foi em Pirapemas, chegou lá, informou na Secretaria de Segurança Pública que havia chegado um bocado de comunistas no município de Pirapemas e estava tomando as terras de quem tinha lá as suas propriedades. E tudo. Não só tomando, mas comendo tudo. Aí o Antonio Vicente soube dessa conversa e foi lá também. Lá, contou a história direitinho, o que tinha acontecido, e aí o secretário de Segurança Pública disse: “Olhe, o senhor volte, convoque uma assembleia lá, de todo mundo, dos queixosos, dos que perderam terra, e eu vou mandar lá um cidadão para ouvir cada um, (cada um lá das famílias) para ver a queixa que eles têm e ver como é que nós trata do assunto.” E aí o Antonio Vicente voltou, achando que tinha sido uma boa coisa, não é, o chamado entendimento lá. Chegou lá, convocou todos nós. A gente foi lá para a sede da associação. Ficamos lá. Ele combinou meio-dia, a hora que o trem passava na estrada-de-ferro. Ficamos até meio-dia. O trem passou... Não chegou ninguém. Mandamos lá ver, na estação ferroviária, ver se tinha alguém por lá. Não tinha ninguém. Voltamos. Estava lá conversando, mais ou menos uns quinze a vinte minutos depois, nós olhamos na rua, lá vinha um bocado de soldado, tudo armado, fuzil e metralhadora. Plam-plam-plam. Até chegar na porta da associação. Chegaram, escalaram as armas assim e perguntaram... Nós tinha lá umas cento e sessenta pessoas, inclusive criança, também mulher. E perguntou assim: “Quem é aí o presidente dessa merda?” Aí... “Não, aqui não tem presidente, não. Aqui tem nós.” “Ah, então quer

dizer que todo mundo é presidente, não é?” “Não. Ninguém está dizendo que todo mundo é presidente. O presidente não está aqui.” Porque nós não queria dizer, para não entregar o homem lá para a polícia, não é. Aí... “Se todo mundo é presidente, então... lá vai bala.” E começaram a atirar assim em cima, nas *frechadas* da casa, de fuzil e metralhadora, foram baixando as boca das armas, não é... O fato é que, dessa vez, eles mataram sete pessoa à bala, dentro de casa. Morreu. E uns agricultor, que ninguém sabe quem foi, correu até em casa, pegou uma espingarda velha lá, e voltou, e deu um tiro num tenente, que caiu no chão morto. Um tiro na barriga. E o soldado que tinha pegado um camponês, que estava querendo matar por força, ele querendo matar o soldado também, o soldado de outro canto, ninguém sabe, atirou no rapaz, matou; e o rapaz matou o soldado, de faca, antes de morrer. Então foram sete dentro de casa, o tenente, oito, o companheiro que morreu, nove, e o soldado, dez pessoas morreram nesse dia. Isso foi tão brabo, que a gente ficou de novo baratinado, mais revoltado ainda. Aí a ideia era ser uma espécie de Lampião. O que é que vou fazer agora? É uma revolta total. De lá de Pirapemas, eu torno a voltar, e venho parar num lugar chamado Pindaré-Mirim. Pindaré-Mirim era mata, mata, portal da Amazônia, não tinha dono de terra, não tinha gado, não tinha fazendeiro, aí lá ficamos morando. Meu pai veio para lá, minha mãe. Ficamos morando. Meus irmãos ficaram para trás, em Pirapemas, a maior parte. E eu fiquei lá com eles. Para não morrer de bala. Isso foi em 58 já. Em 60, apareceram uns rapazes e umas moças se dizendo de um movimento chamado MEB – Movimento de Educação de Base. E me convidaram para um treinamento, como era chamado. Treinamento. Era um estudo. E aí eu fui. E lá nós éramos trinta e cinco pessoas. E foram treze dias. Foi a partir desse primeiro encontro com o MEB, o Movimento de Educação de Base, que começou a vim na minha cabeça alguma... algumas luzes. O tema foi: sindicalismo, política e cooperativismo. Três temas. E no décimo terceiro dia, que encerrou, todo mundo que estava ali saiu com uma missão: de fazer essa discussão sobre esse três pontos, política, cooperativismo e sindicalismo, nas comunidades onde cada um de nós viemos. O fato é que lá, a gente tentou fazer a discussão, mas a gente não sabia, o pessoal não sabia nem o que é que era cooperativa, nem sindicato e nem política. Pensava que política era dar um voto no dia da eleição, em quem aparecesse.

M.M. – Você tinha interesse em votar? Normalmente, você votava nas eleições?

M.C. – Nunca. Nunca votei. Até essa época. Aí, meu companheiro, nós fizemos o seguinte. Não dá para nós fazer o trabalho do jeito que estamos. A única saída é começar a discutir como a gente ensinar o pessoal a ler um pouco. Aí começamos a discutir com a comunidade, debatendo, a importância de saber ler alguma coisa. E aí, sempre tem, na comunidade, alguém que sabe ler alguma coisa. E aquela pessoa que sabia ler, a gente contratava o professor da comunidade, a gente dava uma gratificação, tirando a contribuição de cada família. Aí nós fizemos vinte e oito escolas de alfabetização. De dia, as crianças estudavam; e à noite eram os adultos. E os temas era: sindicalismo, cooperativismo e política. A professora ensinando, aprendendo a ler esses nomes. O que é que é política? A pessoa ia... Política. Como é que se escreve? Aí a pessoa ia... ia botar...

M.M. – E quem eram essas pessoas? Eram da comunidade?

M.C. – Da comunidade.

M.M. – E essa influência, a orientação do MEB permaneceu, mesmo depois do curso concluído.

M.C. – É. Porque o MEB vinha de mês em mês fazer lá um... com essas professoras...

M.M. – Ah, então houve uma continuidade, um acompanhamento.

M.C. – Acompanhava. O MEB foi acompanhando.

A. F. – Só uma coisinha. Você falou que até um certo momento você era da Assembleia de Deus. E o MEB é católico. Nesse momento, você ainda era da Assembleia de Deus?

M.C. – Continuei Assembleia de Deus.

M.M. – A essa altura dos acontecimentos, você já ouviu falar das Ligas Camponesas?.....

[FINAL DA FITA 1-A]

M.C. – Ainda não. Aí nós, com esse acompanhamento do MEB, que elas vinham nas comunidades ver a escola que nós tínhamos construído, ver as professoras, de vez em quando se reunia as professoras com o MEB, o MEB dava as instruções, o MEB, já era a pessoa que tinha aprendido aquele método, que eu não sabia de quem era, Paulo Freire; eram

as coisas do local que se transformavam em nome, ia fazendo... o que o pessoal fazia, como é que escrevia o pé de mandioca, o pé de milho, o pé de feijão, o pé de arroz, a árvore, o porco, a galinha, o bode, a ovelha, e também essas palavras – estranhas, não é – sindicato, cooperativismo, polícia, (*política*). Era esse aprendizado que a gente foi fazendo. Resultado: no dia 18 de agosto de 63, nós convocamos a primeira assembleia geral dos trabalhadores rurais autônomos de Pindaré-Mirim, já para a fundação do primeiro sindicato do Maranhão na época, que até então não tinha. Só tinha sindicato de outras categorias como... aquele outro, como é que chama? Estivadores. Os outros não tinham sindicato. E aí...

M.M. – Esses trabalhadores, vocês se dedicavam a quê? Qual era a atividade? Vocês trabalhavam em fazendas ou trabalhavam para vocês mesmos? Era produção de alimento, pequena propriedade? Como é que era?

M.C. – Nesse lugar, como eu falei desde o início, era terra, era mata da Amazônia.

M.M. – Vocês abriam a mata e plantavam.

M.C. – Nós íamos plantando pé nas roças e plantando produção do que a gente precisava, de arroz, milho, mandioca, feijão, uma parte a gente vendia, a outra parte a gente deixava para comer: alimento. Aí nós éramos conhecidos como trabalhadores autônomos. A gente não sabia na época nem o que era a palavra autônomo; mas nós chamava autônomo. [ri] Todo mundo chamava assim, eu também chamava. E nessa assembleia apareceu mil e poucos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Resultado desse trabalho das escolas, não é, que a gente discutia lá. E foi nessa assembleia de fundação do primeiro sindicato de Pindaré-Mirim que o companheiro Chico, chamado Francisco, e uma irmã chamada Nazaré, que deu o informe das Ligas Camponesas no estado de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte. Por ali, não é.

M.M. – Porque nesse momento você está em pleno governo João Goulart, onde as lutas sociais cresceram muito.

M.C. – É. Certo. Só que não orientavam a fundação de ligas porque elas eram ilegais, não tinha legislação, não tinha lei, e que era melhor fundar sindicato porque sindicato já tinha lei, que foi constituída, e aí nós criamos o sindicato, e não ligas camponesas. E as associações que tinha na região do Maranhão, associação rural, que já tinha até uma federação chamada ATAM, aos poucos, foram também se transformando em sindicatos de trabalhadores rurais.

M.M. – Além da ação do MEB, você sentia alguma presença do Ministério do Trabalho? Do próprio governo. Porque, nesse momento, há um estímulo muito grande do governo em relação a criação dos sindicatos rurais. Vocês sentiam alguma presença do poder público?

M.C. – Eu não sei se era só do Maranhão; mas o Maranhão, ele, antes mesmo do João Goulart, tinha uma oligarquia – Vitorino Freire – que vinha ao longo da história. Ele lá é quem tinha o monopólio de tudo, então os trabalhadores rurais não sabiam nem que eram a autoridade, Ministério do Trabalho, coisa nenhuma. Ouvia só falar. Mas não sabia nem quem é. Não tinha nenhuma visita. E o sindicato quando foi fundado, para o Ministério do Trabalho lá no Maranhão, o que nós ficamos sabendo depois é que foi visto como uma ameaça à paz na região. Está entendendo? Não foi visto como uma coisa progressista, de ser acatada, foi visto como uma ameaça, de luta pela terra. Porque a palavra de ordem que foi aprovada no dia da fundação, que todo mundo queria, qual foi? Havia já uma prática dos fazendeiro criar o gado dele na roça dos agricultores. Eles não faziam o pasto. No verão, que tinha pasto na beira dos lagos, o gado ia para lá se alimentar; mas no inverno, esses lago enchia d'água, e aí esse gado subia para os altos, e os altos estava na roça dos agricultores, e eles comiam. E o maior desejo que tinham os agricultores dali era ver esse gado preso, para não roer o arroz dele, a produção dele. Então, qual foi a palavra de ordem? É que todo fazendeiro prendessem seus gados, para não dar prejuízo na roça do agricultor. Aí todo mundo bateu palma, alegre, satisfeito. Bom, e se eles não prenderem? Não. Vocês fazem o seguinte: vão dar parte, a primeira, a segunda, a terceira vez; se eles não tirar o gado das roça, e a gente tiver prejuízo, vocês faz o seguinte: mata o gado, deposita o dinheiro em juiz aqui na cidade. Porque esses donos de gado, depois, vão querer que vocês paguem o gado deles, e se vocês depositam o dinheiro lá, o dinheiro está aí, vocês entregam o dinheiro e paga o prejuízo. Esse foi o combinado. Só que nós lutamos contra gado na roça até o dia do golpe militar. Até o dia do golpe militar. Quando eles estavam já... já tinha morrido *muito* gado, muito gado mesmo, passou a ter uma orientação assim, virou até palavra de ordem em todo o município, toda a região: gado que come roça come bala. Se o dono do gado vier conversar sobre os prejuízos da roça, converse. E ele paga o prejuízo que o gado dele deu; se sobrar dinheiro, você devolve para ele o troço. Se não der para pagar nem o troço, ele fica devendo. E assim foi. E no dia...

A. F. –Manuel, nessa época, você já era conhecido como liderança mesmo? Você já era o líder do movimento, a pessoa mais conhecida?

M.C. – Não. Eu era líder enquanto movimento. Mas enquanto, assim, organização, enquanto... como se diz? – formação, compreensão, eu não era.

M.M. – Quem era?

M.C. – Tinha um companheiro chamado José Vicente...

M.M. – Esse José Vicente permaneceu.

M.C. – Não. Eu falei Antonio Vicente, que era de Pirapemas. José Vicente era de Pindaré. E lá tinha um outro chamado Antonio Lisboa Brito.

M.M. – Esses eram ligados ao MEB mais diretamente.

M.C. – Era. Eles eram ligados mais... Esse Antonio Lisboa e o (João Antonio) Vicente sabia ler, bem. E eles eram os companheiros que me ajudava lá nesse trabalho, a nos orientar, juntos.

A. F. –E eles eram de lá mesmo?

M.C. – Eram de lá mesmo. Quer dizer, o Antonio Lisboa Brito, ele morava lá mas era piauiense, tinha migrado para o Maranhão. E o José Vicente era de lá mesmo, era maranhense. Ocorre que, com o golpe militar, José Vicente foi preso e o sindicato foi ocupado pelas forças militares do Exército e da Polícia, e tentaram acabar com o sindicato. E aí ficamos sem poder se reunir. Resultado, eu fui para São Luís; lá, quase que ia preso, não tinha lugar para ficar; nem na igreja. Nesse tempo, dom Fragoso, que era o bispo de São Luís, ele era o presidente do MEB, aí ele mandou me deixar num lugar chamado Pedreira do Mearim. Lá fiquei, de abril até junho, escondido para lá, para não ser preso. Quando eu voltei lá para o meu povoado, cheguei lá, todo mundo querendo saber o que é que tinha acontecido, que eu não tinha voltado mais... começaram a querer saber, e eu comecei a conversar; e aí começava chegar gente, chegando gente, chegando gente. Tinha dia que tinha trezentas pessoas na boca da minha porta, num momento que estava proibido reunião, mais de três, cinco pessoas, não podia fazer. Aí, a notícia correu para Pindaré-Mirim, e a polícia mandou me buscar, preso. Primeira vez eu não foi preso, o pessoal não deixava, a segunda vez, vieram mais soldados, de novo, não me levaram; e pegou lá, um bocado de comerciante,

gente amiga lá, aquela amiga lá do povoado, quase malucos: “Rapaz, o seguinte. Se tu não ir lá nessas autoridade, eles vão terminar te prendendo. Porque eles mandaram cinco tal dia, tu não foi, mandaram dez, tu não foi; eles manda vinte, eles mandam trinta, mandam cinquenta, manda cem, e tu vai terminar sendo preso. Tu não roubou, tu não matou; é melhor tu ir lá se entender com esses homens.” Aí, rapaz, ficou aquela confusão na minha cabeça. O que é que eu faço? O que é que eu faço? E era um dia, vai; o outro dia, não vai. No outro dia, vai; tu não vai. Aí, para encurtar a conversa, sabe o que eu fiz? Sai de casa meia-noite, numa canoinha de a remo, tocada a remo, andei o resto da noite; quando foi nove do dia eu cheguei na cidade de Pindaré-Mirim, fui lá para a delegacia, cheguei lá disse: “Bom dia, sargento.” “Bom dia. Quem é você?” Eu digo: “Eu sou Manuel da Conceição.” “Olha! Pega o homem!” Aí me prenderam, na hora, meteram na cadeia. Passei trinta dias na cadeia, preso. Só que eles faziam o seguinte: me prendiam, passava três, quatro, cinco, seis dias, soltavam; aí, quando eu ia saindo na cidade, tornavam a prender de novo. Aí trazia de novo, no chicote, até na cadeia. Minha companheira, eu fui preso, nessa data, cinco vezes nesses trinta dias. Só aquele jeito de humilhar a pessoa. Prender e... trazer, e pegar de novo, para voltar apanhando, não é, empurrado, coisa de fuzil, (pega – pé na) a bunda, todo canto. Então... Aí eu fiquei ainda mais revoltado. Agora aqui tem uma história, que eu não sei nem se interessa. Vou contar para vocês. Essa é rápido. Com esse desgosto da prisão, eu disse: eu não fico mais aqui, morando nesse lugar. Chamado Tupilândia. Vou morar nas cabeceiras do Caru. Peguei uma canoa, botei a família dentro, toquei no mundo. E quem quiser me acompanhar vá também. Eu vou para lá, vou morar lá, não vou ficar aqui não. E lá, meu companheiro, eu tinha que fazer roça, e começou a chegar gente, companheiro que, também perseguido, iam para lá. Resultado. Quando estava com um ano e pouco tinha já umas duzentas pessoas na família. E nós organizamos o primeiro grupo, com duzentos... não tinha nenhuma mulher, só homem, duzentos homens. Para que esses homens? Esses homens, o seguinte, a gente ia fazer roça, quem podia, cada um comprando uma cartucheira, cartucho, sabe para quê? Para vir no Pindaré-Mirim, uma noite qualquer, chegar lá, prender o prefeito, o delegado de Polícia e torar de chicote no meio da rua, andando na rua, para todo mundo ver que eles estavam apanhando. Porque para nós, o governo, para nós, era gente boa, o governo federal, apesar de tudo; mas a gente não sabia a raiva que ele tinha da gente não. Nós não sabia disso, não. Resultado. Quando já estava quase com a viagem pronta, a canoa pronta, feita de madeira, chegou um cidadão, e que aqui eu presto uma homenagem a ele, meu companheiro

Rui Frazão –, ele era lá de São Luís, era amigo do MEB e do MEB –, e aí, meu companheiro, chegou, disse: “Gente, vocês são é maluco. Vão fazer o quê no Pindaré, com esse negócio aí de querer bater em delegado? [ri] Rapaz, vai dar confusão. Vão fazer isso, não. Não são loucos.” E aí, como nós tínhamos muito respeito por ele, o pessoal do MEB... O MEB foi proibido de ir no Maranhão, lá no interior, nunca mais. E aí nós acabamos com a ideia. As armas ficou para caça, espingarda, para a gente matar caça, jacu, tatu, paca, cotia, anta, veado, e continuamos trabalhando. E ele nos convenceu que no Maranhão tinha um sujeito, chamado José Sarney, que era uma pessoa nacionalista, democrata, beleza, não é, que estava se candidatando a ser governo do estado; que era bom (que) a gente voltasse e assumir a campanha dele. E aí... eu fui um dos que voltei. A maior parte não voltou, mas eu voltei. E aí, minha companheira, eu entrei na campanha do Sarney.

A. F. –66?

M.C. – No final de 65. 65. Aí José Sarney, por onde ele passava era jurando a Deus e ao povo, dizendo o seguinte: “Meus irmãos que foram preso, que apanharam, que perderam terra, vou meter esses bandido tudo na cadeia, se eu for eleito a governador desse estado. E mais. O Tide Santos (que era um cara que tinha lá, o prefeito) e o Cerêncio (Carlos), (que era outro) esses homens, vou mandar pegar, vivinho, tirar o couro e mandar os lavradores tirar talo de coco e babaçu e espichar no sol quente, para todo mundo ver o couro deles lá, secando, para fazer calçado.” E o povo...

M.M. – Acreditou.

M.C. – Acreditou. E ele dizia mais assim: “E eu quero que Deus agora, nesse momento, me mande lá do céu um corisco – (corisco, sabe o que é corisco? Corisco é um relâmpago, aquele raio assim) – e me corta aqui, todinho, nesse caminhão, se eu fizer o que eu estou falando aqui, o que eu estou dizendo.” O pessoal, todo mundo religioso, não é, crente nessa coisa de que tem corisco mesmo, essa coisa toda, quem é que não votou para Sarney? Andava era nos braços. Minha filha, aí, foi eleito, voltei para lá, comecei a reincentivar de novo o sindicato, organizar de novo, e aí a luta veio muito mais braba ainda. Aí os fazendeiros, que sabia que estava com a costa quente, não é, apoiado pela ditadura, não tinham medo de nós, não. Mas nós também não tinha medo deles também. Nós fazia assembleia, às vezes, em três municípios num só dia, nós aí juntava cinquenta mil trabalhadores rurais.

M.M. – Nossa. Em plena ditadura.

M.C. – Em plena ditadura militar. Resultado. Abalou o exército de Teresina, de São Luís, e uma perseguição infernal. Nós fazia festa... Porque nós, novatos, fazia festa porque era elas que fazia tirar a renda para as viagens, para educação, pagar professor e tudo. Resultado. Saiu outra palavra de ordem, que era continuar mantendo a palavra de ordem “gado comeu a roça comeu bala”, e agora, derrubar todas as grandes cercas das nossas terras, que tinham sido cercadas pelos fazendeiros para botar o gado deles dentro, na nossa produção. Aí é que gado morreu mesmo. Gado morria, gado morreu. Quando foi no dia 13 de julho de 68, nós estávamos numa assembleia no interior... Porque a sede do sindicato continuava ocupada pela polícia, ninguém ia lá, estava proibido o sindicato; mas no interior tinha a delegacia, onde nós se reunia, perto das comunidades. Nós pintava e bordávamos lá. Resultado. Numa assembleia geral, o pessoal descobriram que estava com problema de malária, doença de febre, mil coisas, o sindicato contratou um médico em São Luís, chamado João Bosco, levamos para lá. E no dia que fizemos lá a consulta médica com os moradores, o prefeito, com apoio de Sarney, ou sei lá, encheram um carro de polícia, chegaram lá, perguntaram: “quem é Manuel da Conceição aí?” Digo: “Sou eu.” Aí fui saindo... me meteram bala. Foi aí que eu perdi a perna direita. Tenho uma perna mecânica hoje, - olha – arrancada de bala de fuzil. E fui preso. E dessa prisão, eu vim para São Paulo quando saí da prisão. E quando eu voltei, eles tinham ocupado a região todinha, *militarmente*, durante seis meses. Prenderam quase todos da liderança do Pindaré-Mirim, da região toda, e levaram para São Luís, presos. E fizeram, na região toda, um terror terrível, acusando nós de comunistas, e montando milícias branca lá, armada, nos povoados, para – quem falar no sindicato, ir para a cadeia. Enfim, passaram esses três meses lá, meu irmão, fazendo lá o maior barulho. Eu saio de lá no final de 69. Mas deixaram lá tudo esbagaçado. Não ficou delegado sindical, não ficou ninguém lá quem não prendesse. Quando eu volto em 70, o pessoal, tudo escondido, por onde tinha se mudado, não é, a gente, de novo, começa a mobilização, do zero, *do zero*. Aí é que nós cria um novo MEB. Porque o MEB não foi mais lá, foi proibido, ia ser preso, nós fizemos um novo MEB de trabalhadores rurais. Aí nós escolhemos entre nós cinco companheiros e companheira e criamos o novo MEB. Que só nós sabia que era MEB, não é, nós lá mesmo. Porque...

M.M. – Mas era só com as pessoas de lá? Ou vocês fizeram contato aqui?

M.C. – Nós ficamos MEB, quer dizer, as lideranças que mais se destacaram. Antonio Lisboa Brito era um dos dirigentes, eu era outro, tinha mais um companheiro chamado Joaquim Lavanca, outro, José Lavanca, outro, e tinha uma companheira chamada Luzia, outra. Então nós éramos cinco pessoas do MEB. Uma equipe local. Era esse MEB que levantou o sindicato de Pindaré-Mirim de novo, fundamos o de Santa Luzia, fundamos o de Bom Jardim, fundamos o de (Topeamearim) e o de Santa Inês, essa equipe do MEB, o novo MEB criado. E esse novo MEB, nós fizemos um juramento assim: olha, se qualquer um de nós for morto ou for preso, desaparecer, o que sobrar, um que sobrar, tem a obrigação de reconstituir o MEB de novo, esse MEB. Mas esse MEB virou o chamado Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que foi fundado em Pernambuco, ajudou a construir a CUT, ajudou a construir o PT. Fundado em Pernambuco, depois em Paraíba, Rio Grande do Norte, depois na Bahia e depois no Maranhão. Mas hoje só existe em Pernambuco e no Maranhão.

A. F. – Nesse período, vocês estavam ligados com alguma organização política também? A relação com a AP começa aí?

M.C. – Depois do golpe de 64, os companheiros do MEB trouxeram alguns companheiros, Rui Frazão era um deles, e tinha um outro chamado Raimundo, uma Regina, uma moça chamada Lígia, esse pessoal era da AP. Aí que eu tomei conhecimento de gente da AP. Duarte, nesse tempo, ele era da Bahia, tinha feito um discurso bonito, não é. Foi esse discurso do Duarte que me ajudou a eu começar a entender a AP. E passei a ser, primeiro, um simpatizante da AP, e terminei me engajando na AP, sendo um dos seus militantes, da AP, na época. Eu entrei para a AP sabe quando? Em 67. Até 67, eu não era da AP, só sabia do MEB. Mas a partir de 67 eu me engajei na AP.

M.M. – Então, nesse momento que você volta para reconstituir o MEB com esses cinco companheiros, você ainda está ligado à AP.

M.C. – Estou.

M.M. – Depois que tinha sido preso e libertado, sua vinculação ainda era com a AP.

M.C. – Pois é. Porque foi essa compreensão de que o MEB precisava existir localmente, com nós mesmo, já que não tinha como a gente trazer pessoas de fora, porque era visto, era suspeito, então nós mesmo criamos o MEB local. Nós, os próprios trabalhadores,

passamos a ser os educadores da nossa categoria. E nosso programa era trabalhar no Pindaré, no Maranhão e para o Brasil todo. E em 68, quando eu vim para cá, eu trabalhei aqui no ABC paulista.

A. F. – Você trabalhou em quê?

M.C. – Trabalhei no ABC. Em fábrica. Não, fábrica não. Trabalhei assim, fazia reuniões...

A. F. – Trabalho de base.

M.C. – De base. Tinha reunião, criando grupo, discutindo, comissão de fábrica...

M.M. – O pessoal da AP trouxe você.

M.C. – É. Tinha um companheiro chamado José Barbosa, aqui, que era do ABC paulista, que ele já era militante da AP, então, ele era operário, e, através dele, a gente ia junto. Fizemos várias reuniões em fábrica. Fiz reunião em fábrica aqui em São Paulo...

A. F. – Até Betinho chegou a trabalhar no ABC.

M.C. – Betinho, é, também. Betinho conviveu comigo na mesma casa durante muito tempo, aqui em São Paulo. Ficamos quase um ano junto na mesma casa. A gente conversava, começamos a escrever um livro na época, mas depois o livro desapareceu. Acho que a ditadura varreu a casa. Não sei o que aconteceu. O fato é que desapareceu.

M.M. – Então nesse período dos anos 70, quando você vem para cá, você começa a ampliar, também, os seus contatos com outras lideranças políticas daqui.

– Manuel, a sua vinda para cá não foi para cuidar da questão da perna, fazer a perna mecânica?

M.C. – Isso. Foi. Vim para cuidar da perna aqui. Eu já te falei. Quando eu saí da cadeia lá, saí do hospital, eu vim para cá para São Paulo.

A. F. – Mas já tinha esses contatos políticos antes.

M.C. – Aí já tinha aqui... Eu entrei para a AP em 67, aí já tinha os contatos com outros companheiros aqui, então já vim para cá sob controle e orientação da AP. E aqui eu fiquei. Botei uma perna mecânica. Em 70, eu voltei para o Maranhão. Só que teve um episódio aqui. Em 69, a AP estava abrindo o chamado relações diplomáticas com o Partido Comunista da

China. E já tinha ido para lá uma primeira equipe. Depois, era para ir uma outra; e, nessa ida outra, eu também fui. Fui em 69, em setembro de 69, e só cheguei no Pindaré de novo, no Maranhão, em junho de 70.

M.M. – Então, você foi à China.

M.C. – Fui à China. Lá passei esses nove meses, conhecendo um pouco a China, alguns locais da China onde houve conflitos armados, guerra de guerrilha, base de apoio, hospitais, onde se fazia, lá por debaixo das montanhas; a gente visitou muito lá. Aonde Mao-Tsé-Tung estudava, na clandestinidade lá, com lamparina, onde ele dormia, a casa do pai dele, da mãe dele, locais onde os inimigos matava os trabalhadores e enterravam lá, às vezes cem, duzentos, numa só sepultura, na época, não é. Visitei essas coisas tudo.

– Você conheceu os dirigentes do Partido Comunista da China?

M.C. – Eu conheci alguns deles. Agora, depois que visitamos, essa visita de campo, fui para Nanquim, apareceu uma divergência interna no grupo da AP. Nós era... parece que éramos nove....

[FINAL DA FITA 1]

M.C. – (.....) ao Partido Comunista, criticando o Pequim Informa para o Brasil. Porque os companheiros achavam que Pequim Informa só dava notícia da China, não dava notícia dos outros países nem como é que estava a revolução na Ásia, nos países europeus, em todo canto. Eles queriam um informe maior, mais amplo. Mas como dava mais eram as notícias da China, tinha uma crítica. Só que na hora de assinar a crítica, aí eles pediram para mim assinar a crítica, não assinaram. Aí eu assinei a crítica. [ri] Assinei lá a crítica, () do Pequim Informa. Esta carta chegou lá, houve muito comentário e discussão; juntando ela mais um documento que a AP tinha lançado no chamado, um jornal, *Libertação* – onde eu perdi essa perna, que tinha sido preso, aquela confusão, e eu disse também algumas coisas para Sarney através desse documento no jornal –, então ela foi circulando, não é. Resultado. Deveria ter ido nessa conversa que eu tive com um dos membros do Partido Comunista da China, talvez, o dirigente do partido, da AP, na época estava lá nos coordenando; mas houve lá uma

queimação muito terrível de companheiros, que ninguém sabia nem qual era a verdade mesmo dos fatos, uma época lá, criou uma confusão – porque nós sabíamos, mas lá o pessoal não sabia muito, não – e o fato é que isso foi se aguçando, esse conflito, essa discussão, e terminou... Eu botei uma perna mecânica lá na China, que na época era uma perna feita especialmente para andar em chapada, em montanha, em qualquer lugar, uma perna muito bem adequada, toda de junta metálica, bem maneirinha, eu andava bem. E numa dessas viagens, que eu ia no hospital fazer um teste nessa prótese, nessa perna, é nova, ia trazer para o Brasil, aí me convidaram para ir até num outro lugar, que fui com outras pessoas lá, e cheguei lá, era para mim ter uma conversa com o senhor presidente Mao-Tsé-Tung, da China. Ele começou perguntando como é que estava a nossa relação na escola, se estava boa. Eu disse que estava *legal*, estava bom demais. E as matérias que estavam sendo estudadas, se estava *legal*. A gente, está, está bom. Ele disse: “Mas não é bem isso que eu estou sabendo aqui, não. Tem algumas informações que vocês precisam passar para a gente direitinho.” [ri]

M.M. – Ele tinha um intérprete que fazia a comunicação do português para o chinês.

M.C. – Tinha. Tinha intérprete. Toda escola tinha um intérprete. Na escola, tinha em todo canto. Toda vez que a gente saía só com chinês tinha um intérprete para aquele assunto. O fato é que depois de uma longa discussão, tinha assim uma acusação contra um companheiro nosso chamado João, que era o Paulo (Whright) Paulo (Stuart Whright), e eu falei que essa história para nós era estranha, nunca ouvi falar de qualquer suspeita a respeito dele, perguntaram pelas divergências, eu digo que está tudo bem, mas terminou ele dizendo que... me contando, depois que eu falei uma meia hora lá, ele terminou dizendo o seguinte. Vou contar aqui a história, rapidamente. Curta. Dizia: “Eu fui fundador do Partido Comunista da China. Eu fiquei quinze anos no partido isolado, quase que só, porque os companheiros, o camarada chinês, não é, entendia que a revolução chinesa devia ser feita a mesma que foi feita na União Soviética; e a gente conseguiu provar que não era a mesma coisa, que aqui era um outro povo, era uma outra realidade, um outro país, um outro... destinos diferentes. Mas eu passei quinze anos no isolamento. Só depois de quinze anos, quando as coisas começaram a dar certo, eu comecei a sair do isolamento”. Depois dessa conversa, ele me diz assim para mim. Queria que eu até lembrasse isso até o dia da minha morte. É o seguinte. Primeiro, tudo o que eu estudei na China, literatura chinesa, história da revolução chinesa, tudo, tudo, eu fazer o favor de, antes de sair da China, cavar um buraco e enterrar tudinho lá. E não trazer

nada do que eu tinha aprendido na escola chinesa. Ponto dois. Chegando no Brasil, fizesse uma pesquisa, do meu jeito, como pudesse, com outro companheiro, global, para se entender bem a realidade brasileira, vendo a cultura do seu povo, da sua luta, da sua história política, social, econômica, para depois começar a pensar, traçar rumos que pudessem orientar a revolução brasileira, porque o zoom da China não servia para o Brasil. Três. Quando estiver numa luta política ideológica interna num grupo, nunca seja você o primeiro a declarar a ruptura com quem está no mesmo campo que você está, mesmo divergindo, mas continue junto. Você não pode abandonar nenhum companheiro, nenhum grupo que está com você na mesma luta por que tem divergência interna. O negócio é a gente saber o seguinte: com quem se relacionar, mesmo divergindo, e com quem tratar, quem tem os mesmos alvos que a gente quer atingir. Isso aí, pronto. Aí eu aprendi isso, meu companheiro, dogmaticamente, logo que aprendi, e vim para cá com a visão dogmática. Mas depois, eu comecei a estudar e me aprofundar, consultar companheiros, e a própria vida vem mostrando isso para mim, que ele estava certo. Ele não estava errado.

– Tem uma fotografia sua com Chuen-lai.

M.C. – Não, não tirei, porque com CHuen-lai, quando eu cheguei, já tinha estado uma delegação.

– Mas há uma foto, você, Chuen-lai e mais o (Levy). Foi a chegada de vocês?

M.C. – Não. Quando eu cheguei na China, no dia em que chegamos lá, tinha uma banda de uns cinquenta músicos tocando; aí eles vieram receber nós no avião, e conversamos lá, tirou fotografia e depois... Disse que não podia porque a gente era clandestino. Os fotos não podia aparecer. Está entendendo? Por isso que eu acho que não tem. Se tiver...

M.M. – Mas vamos acelerar um pouco aqui, porque senão nós não vamos conseguir chegar no nosso ponto.

A. F. – Antes de prosseguir com a história, eu queria perguntar para você. Essa passagem de uma luta social, uma luta reivindicatória para uma visão revolucionária, socialista, quando é que isso vem? É nesse momento de entrada na AP que você começa a pensar mais em termos de revolução, do socialismo? Ou já era uma coisa que você vinha amadurecendo antes?

M.C. – Olha, a AP me ajudou demais, porque a AP, ela me ajudou não só enquanto organização, mas também a estar em contato com outras literaturas...

M.M. – Outras pessoas.

M.C. – Outras pessoas, a nível de Brasil, a nível do mundo. Tanto que eu andei, por exemplo... Eu fui a única pessoa da delegação que foi... Quando eu voltei, fiquei na Suíça e na França mais ou menos... uns dias lá...

M.M. – Quando você foi à China, depois, você já ficou na Suíça? Ou você voltou ainda para o Brasil?

M.C. – Não. Quando eu voltei da China, eu fiquei uns dias, quinze dias.

M.M. – Ah, não é aquele período do exílio.

M.C. – Não. Porque tivemos dificuldade para vir logo, não é, ficamos lá, esperando uma oportunidade. E nesse período, a AP, na época, tinha divulgado meu nome naquele jornalzinho deles, *Libertação*, por todo canto, onde eu chegava, que tinha esquerda de algum partido, de algum grupo, mandava me chamar. E um desses grupos que mandou me chamar foi o pessoal da chamada... ligado a uma organização de esquerda da Suíça que eu não sei o nome dele, mas era um grupo de esquerda lá. Só sei que eles tinham uma boa relação com o pessoal da chamada Anistia Internacional. E eu fiz uma reunião com eles lá na Suíça, fiz na França, o pessoal, dirigente nacional do movimento sindical, CGT francesa, e já voltei lá bastante conhecido lá nessa época. O fato é que eu comecei, já desde essa época, que era necessário a criação de um partido... Aqui é só para terminar. Não sei como é que está o tempo de vocês.

M.M. – Não. O nosso, a gente tem. O seu é que é...

M.C. – Não. O meu tempo, não se preocupe, não.

M.M. – Então está bom.

M.C. – Olha, eu, já na época da AP, eu entendia que era preciso os trabalhadores do campo e da cidade criar um partido unificado, porque os trabalhadores rurais sozinhos, era impossível conseguir uma mudança na sociedade. E nem tampouco só os urbanos também. E mais. Não é só trabalhador manuais, de fábrica e de campo, mas também trabalhadores intelectuais, cientistas, técnicos. Por quê? Porque entendia que nós... pelo menos eu, me

faltava uma grande coisa: eu tinha disposição, tinha uma certa garra, mas me faltava um bocado de instrumentos de conhecimento científico, técnico, filosófico, que eu não dominava isso, então eu sentia necessidade de alguém me ajudar, para a gente se completar uns aos outros. Eu tenho uma prática, tenho um conhecimento prático, empírico, mas tem um outro conhecimento que eu não conheço, então eu preciso me juntar com alguém, que a gente junte, se aprofunde. E quando eu estava refugiado, saí daqui porque o governo não me aceitou... Ele não diz legalmente, mas, ilegalmente, ele é obrigado a admitir, porque foi isso que aconteceu. Eu, depois de julgado, vim para São Paulo, o governo tornou a mandar me prender, aqui em São Paulo, sem nenhuma razão, e só me soltou com o compromisso de sair para fora do país, senão ficava lá, o tempo todo na cadeia. O próprio cara disse para mim: “Você só tem dois lugares aqui no Brasil, na cadeia ou debaixo do chão. Você não tem para onde ir, não.” Isso até que saiu em livro. Esse livro que dom Paulo lançou aqui, está lá, textualmente, dito pelo senhor Fleury. Então, quando eu estava vindo já para o Brasil, em 78...

M.M. – Você vai para a Suíça em 76, não é?

M.C. – Em 76. Em 78 eu comecei ver a história de que no meu Brasil tinha surgido a ideia de criação de um partido de trabalhadores chamado PT. Mas, naquele tempo, eu tinha muitos companheiros que estavam na frente dele como um cara assim, que eu não acreditava neles, como por exemplo o Joaquinção daqui de São Paulo. Eu conhecia ele como uma pessoa... uma espécie de um pelegão moderado, não é, que não tinha nem proporção de mudança, não é. Então, eu dizia, eu não acreditava nele. E outros e outros. Aí eu ouvi falar nessa história do partido, comecei me interessar. E eu via nas revistas que chegavam por lá do Brasil, *Veja* e outras revistas, muitas entrevistas feitas pelo Lula, às vezes chegava jornal daqui lá, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, eu vi a entrevista dele. E aí havia assim, com muita gente da esquerda na Europa, assim, um pouco de preocupação, porque – apareceu essa liderança aí, seria bom, porque é um operário; mas ele é um cara muito bajulado pela burguesia, que às vezes não seja um cabra que está dando uma de operário mas... Deve ter uma () qualquer aí, porque senão a imprensa não estava dando destaque para ele. Bom. O fato é que, mesmo assim, eu comecei a escrever para o Lula, ainda lá na Suíça. De vez em quando mandava para ele um cartão. Até o dia que eu vinha para cá, uma semana antes, da Suécia, (estava na Suécia) escrevi para ele um cartão lá da Suécia, dizendo: “Lula, eu vou chegar no Brasil...”

M.M. – Você não tinha conhecido ele pessoalmente.

M.C. – Não. Não conhecia. “Vou chegar no Brasil tal dia e eu quero que você esteja lá, com os companheiro operário, no aeroporto, porque eu não posso chegar sozinho lá porque eu posso ser pego.” Aí eu vim. Cheguei aqui mais ou menos nove horas da noite em São Paulo. Rapaz, eu não sei quantos homens não, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá e gente, companheiros operários e trabalhadores. E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. Mas, antes, deixa eu contar essa daqui. Antes de eu vir para cá, cinco dias antes, eu tinha saído dessa reunião com quarenta companheiros refugiados, lá na Suíça. Nós passamos três dias...

M.M. – Em que lugar você morava na Suíça?

M.C. – Em Genebra. Nós fizemos três dias de reunião lá na Suíça. Foi uma reunião internacional. Pegamos refugiados, companheiros nossos que estavam na Itália, na Alemanha, na Suécia, na Suíça, na França, enfim, os países dali tudinho. Juntamos uns quarenta companheiros refugiados. E lá nós tomamos uma decisão de chegar aqui, procurar os inventores do PT, para nós discutir a sua construção. E foi isso que eu fiz. Cheguei aqui no dia nove de...

M.M. – Outubro de 79.

M.C. – Outubro. Isso. E no dia 13 de outubro de 79, eu fui para uma reunião no ABC paulista, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, lá tinha uma centena de lideranças operárias e até alguns intelectuais técnicos, e lá eu pedi engajamento na construção do PT. E logo naquele dia nós escolhemos a primeira comissão pró construção do partido no Brasil. Quer dizer, ainda não tinha o partido; estava só badalado, mas ainda não tinha nenhuma organização. E lá também nós discutimos que seria o correto, antes de criar diretório, criar a chamada o núcleo de base, os grupos de base, quer dizer, que nós chamamos na época de núcleo, os núcleos de base, criado nos bairros, nas ruas, nas comunidades, no caso do campo, não é, e aí foi aprovado como linha de construção do partido. Que embora nós ia ter diretório, mas o poder fundamental do partido deveria se manter nos núcleos de base, nesses grupos, o núcleo de base. Depois é que ia se criar diretório. Agora, antes de aprovar qualquer lei lá ou proposta no diretório estadual ou municipal ou distrital, o núcleo tinha que discutir, debater as propostas e dar uma primeira versão. Porque, na verdade, o que orientava o partido eram os núcleos de

base. O diretório era mais para lei, questão de... mais efeito legal. Não era o centro político do partido. E eu, até hoje, tenho essa filosofia. Eu trabalho no Maranhão, faço parte lá de um grupo de companheiros, que nós chamamos coletivo de luta solidária. Esse ano, que houve eleição, eu já estava com mais de dez anos que estava fora do diretório nacional do partido, resolvi voltar porque os companheiros acharam que eu tinha que voltar de novo a militar no partido, assim, dentro das instâncias, não é, e eu terminei voltando. E hoje estou no diretório nacional do partido.

M.M. – Como é que foi o seu retorno ao Maranhão, se reencontrar com esse seu passado, com esses seus grupos de militância, porque há tempos você estava afastado deles, para levar essa nova ideia do PT?

M.C. – Eu, primeiro, passei cinco anos em Pernambuco. Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, depois na Bahia, alguma vez fui no Ceará, mas eu não ia no Maranhão porque os companheiros lá não queriam que eu fosse enquanto não tivesse um meio de movimento organizado. Aí, quando eu fui para lá, porque os companheiros lá decidiram vir me buscar em Pernambuco para levar de volta para o Maranhão. Só que aí eu não fiquei mais no Pindaré. Fui ficar num lugar chamado Imperatriz, que é a segunda cidade mais importante do Maranhão em tamanho, em economia, em povo, em tudo é a segunda do Maranhão. E estou lá até hoje.

A. F. – Agora, em Pernambuco, você foi a governador.

M.C. – Em Pernambuco, eu, sem querer mas por necessidade – os companheiros entenderam que precisava, na época, um candidato ao governo de Pernambuco, nós avaliamos lá, discutimos, debatemos, e a conclusão coletiva do conjunto é que eu devia ser o candidato – e eu terminei aceitando. Fui para a disputa, tive uma votação insignificante, muito pequena; mas acho que valeu a pena: ajudou a construir o partido, foi crescendo aos poucos, aos poucos...

A. F. – Como é que foi essa experiência para você? Você nunca tinha passado por essa coisa de ser candidato, fazer comício, pedir voto.

M.C. – Até hoje não sei ser candidato. Sabe o que eu sei fazer? É a organização dos trabalhadores, formação, capacitação, reflexão. Isso eu sei fazer em qualquer lugar, na

fábrica, no campo. Mas, companheiro, disputar voto eu não sei. Eu não sei disputar voto porque eu não sei mentir. [risos] E aí...

M.M. – Quando você é candidato tem que prometer uma porção de coisas.

M.C. – Você tem que prometer coisa que não vai fazer. E aí, eu não sei fazer isso, não é. Não dá. [ri] Eu vejo assim. As condições de fazer isso. É possível? É. Mas numa caminhada. Mas ganhar e fazer logo no outro ano... Só tem três anos, quatro. Fazer o quê em quatro anos? Num país que está com quinhentos anos, mais um pouco, de implantação de um modelo, que passou a ser cultura, ser prática, ser tudo, não é, aonde os grandes manda nos pequenos, determina, aonde a gente passou ser... com a história, deixamos de ser escravo, que trabalhava para ganhar comida e chicote, para ser, ao invés de ser uma mercadoria humana, para ser uma mercadoria força de trabalho; então não dá para mim esse tipo de coisa. Eu toda a vida fui um cidadão autônomo, eu nunca tive patrão, não aceito patrão. E sou assim. Hoje eu trabalho entendendo que nós temos que construir essa mudança; mas essa mudança, ela não acontece apenas quando se chega lá no poder, no governo, municipal, estadual, federal, não; ela vai acontecendo sem governo, construindo a partir de onde se está, na comunidade, na fábrica, no assentamento, no município; e vamos construindo isso aos poucos, porque senão, a gente chega lá de novo, e o povo não sabe o que é a nova sociedade, vai se opor, pensando em coisas de imediato, e até derrubar de novo; e você, se quiser se manter, tem que impor nova ditadura. E ditadura não constrói. Nenhuma ditadura. Ela pode ser de direita ou de esquerda, qualquer que seja, não constrói. Ela termina caindo. Por isso, para poder ter estabilidade cultural, econômica, ideológica, organizacional, enfim... você tem que ir construindo o novo dentro do velho. Se você não começar construir o que é novo dentro do velho, romper com o velho, o novo não aparece; porque você vai querer implantar, meia dúzia de pessoas, só, sabendo o que quer, e o resto não sabe, tem que engolir. Então nós vamos ter que ir construindo aos poucos. E é isso que eu estou dizendo para Lula. Lula... Eu te digo uma coisa. Eu já peguei, já abracei dois presidentes da República. Um foi o Mao-Tsé-Tung, na China, não porque quisesse, mérito, porque mandaram me buscar. Eu não conhecia ele, mas passei ser um admirador dele, e eu estudo muito a filosofia maoísta. E o outro presidente da República foi o Lula. Eu até já disse para ele: “Lula, se tu continuar andando como até hoje está andando, eu vou ficar junto contigo nesse PT até morrer. Se continuar andando como até hoje andou. Por que é que eu digo isso? Não precisa pressa. Tu precisa ter

firmeza.” Eu sinto no Lula uma pessoa muito honesto, sensível, muito sensível aos problemas da classe trabalhadora e da sociedade como um todo, e a gente precisa de um fôlego maior, para a gente começar a construir algo sustentável, democraticamente fazendo isso. E aí, eu sempre digo assim: eu só acredito numa mudança quando esses que querem mudar, que passaram a ser liderança dessa mudança, cada brasileiro que é um deputado federal deve ir, aos poucos, se transformando num deles; os senadores idem, os governadores também, os prefeitos, os deputado estadual também. Enfim, a sociedade precisa entender que sem uma prática teórica e prática, mesmo, de mudança, não vai acontecer. Por isso que eu () para o Lula. Quando cada um de nós, talvez, pensar como o Lula – o que até agora ele fez, pensou –, agir como o Lula está agindo, cuidadosamente, devagar mas construindo as coisas, ter essa relação amigável, gostosa, boa, amorosa, e cada um de nós, não importa a cor, se é negro, se é branco ou se é amarelo, se é masculino ou é feminino, se é jovem ou se é de idade, a gente tem que ter uma relação de companheiros, de companheirismo, sabe, que quer construir uma coisa nova. E essa coisa nova, ela não pode ser vista por quem quer ela, apenas, como... () um movimento lá por cima, ela tem que ser vista a olho nu, para quem sabe.....

[FINAL DA FITA 2-A]

M.C. – (.....) Não vai. O povo só adere quando ele vê a olho nu, que seja palpável o que ele está vendo. Senão, meu companheiro, tu fica no discurso intelectual a vida inteira, e mentindo para o povo, dizendo que vai mudar, mas não muda.

A. F. –Eu queria voltar um pouco à campanha de 82. Você falou da dificuldade de pedir voto. Como é que foi a campanha? Vocês andaram o estado todo, faziam comício? Ou ficaram mais...

M.M. – E mesmo a montagem desses núcleos do PT, a sua relação com as lideranças de lá.

A. F. – É. Como é que foi tentar construir isso lá em Pernambuco? Porque você foi para lá bem no comecinho mesmo, até antes da eleição.

M.C. – É. Eu ajudei a construir... Primeiro os companheiros do Rio Grande do Norte me convidaram para montar lá uma oposição sindical, coisa que eu tinha muita experiência.

Então eu fui para lá, para o Rio Grande do Norte, comecei a fazer o serviço. Como deu certo, a Paraíba, também me chamaram.

A. F. – A oposição sindical rural.

M.C. – A oposição sindical rural, é

A. F. – E que, no Rio Grande do Norte, era em que município?

M.C. – Em Natal. Para o município ali. E andei em vários municípios criando o sindicato de base. Aí nós criamos a oposição lá, já construindo o PT também. O PT já entrou na oposição sindical lá, já nasceu na oposição.

A. F. – Você ia organizando juntos.

M.C. – Ia organizando junto, é. A oposição sindical era PT e PT era oposição sindical. Então fomos construindo junto. E depois na Paraíba. E depois em Pernambuco. Em Pernambuco, do mesmo jeito. Um companheiro que era, na época, oposição sindical lá em Pernambuco, chama-se Mané de (Serro). Hoje, é o presidente da Contag. Então o movimento foi sendo construindo junto com o PT, tudo junto.

M.M. – E como era a sua relação, essa liderança, com aquelas lideranças de esquerda mais tradicionais, o Partido Comunista, Arrais? Como é que ficava essa relação lá em Pernambuco e no meio sindical rural?

M.C. – Acho que duas características que a gente tem que resgatar e até entender. Dizer que Miguel Arrais não era um progressista... Ele era. Uma grande liderança. Mas o Miguel Arrais tinha medo que se pelava de lideranças organizadas em grupo de base. Porque ele queria ser a liderança mas, assim, de todo mundo, apadrinhar e votar para ele. Mas assim, na hora do pessoal começar querer se organizar para ter poder, aí ele já não gostava. Ele não gostava muito de mim por causa disso, porque... [risos]

M.M. – É compreensível. [ri]

M.C. – Eu dizia: “Arrais, rapaz, eu sou teu amigo...” Lá em casa, lá na Suíça, quando ele vinha lá da... onde morava, Argel, para lá para a Suíça, ele ia lá para casa, era lá em casa que ele fazia as grandes reunião dele com o povo suíço. Ia lá para casa, lá em casa ele dormia, lá em casa era o hotel dele. “Mas não concordo com você, Arrais, nesse sentido. Sei que você é progressista, um cara *legal*, mas é um cara que tem medo do poder popular. É um

companheiro que quer ser.. estar sempre... E no dia que tu morrer, amizade, como é que vai fazer? Quem é que surge de baixo?” Ele não dizia nada. Mas o fato é esse. Do mesmo jeito, Brizola também ia lá para casa, a mesma característica dele. Digo, é por isso que vocês são... Como vocês são iguais, vocês são inimigos um do outro. É. O Brizola é inimigo do Arrais e Arrais dele. Não queria nem ver um ao outro. Porque os dois tinham a mesma filosofia. Então eu dizia: gente, os companheiros, para poder... essa passagem de cacique para o coletivo tem que ser feito, numa caminhada longa, orgânica, no sindicato, na cooperativa, na associação, no bairro, na comunidade, no assentamento, vamos fazendo, na escola, onde tiver gente para se organizar. Porque o indivíduo, nós nunca vamos deixar dizer que ele não vai existir. O indivíduo vai sempre existir, porque o indivíduo é a razão do partido. Sem o indivíduo não tem, também, o coletivo. Então é preciso. Olha, eu estive, outro dia, fazendo umas aulas lá em casa, assim... que eu chamo vulgar, conversando com todo mundo lá em casa. “Olha, como é a nossa casa? Nossa casa é assim. A casa é um coletivo, de todos nós. Tem os quartos, onde eu durmo, onde meus filhos dormem, estão todo mundo aqui, o companheiro que trabalha dorme também. Agora, o que é que acontece? Tem uma geladeira, que é uma peça coletiva, nossa, tem um fogão que é coletivo, nosso, cozinha para todos nós, então o que nós temos que reservar? A geladeira e o fogão. Tem as mobílias dentro de casa, ninguém pega num prato e diz: esse aqui é o meu. Não. Qualquer prato que está para tirar, para trazer, ele é dono daquele enquanto está usando ele. E assim por diante. Mas além do coletivo, minha companheira, você tem, na mesma casa, o consórcio do pessoal, você tem seu sapato, você tem sua roupa, você tem seus anéis, tem os seus brincos, tem seus óculos, tem um bocado de coisa que não é do coletivo; e tem que ser respeitado. Então, como tem o coletivo convivendo com o individual dentro de casa, por que esse coletivo não pode viver com as coisas, que não prejudica a ele, na comunidade, no município, no estado? Porque aquele desejo, que cada um de nós temos, de ter alguma regalia enquanto pessoa, é sagrado. Você não pode negar isso para ninguém. Uma das críticas que a gente fez lá, inclusive, quando eu estive na Albânia, os companheiros lá ficaram um pouco magoado comigo, os companheiros do Partido Comunista na época, porque... foi o seguinte. O individual, o personalismo, o que não pode é ele estar acima daquilo que é o social, daquilo que é o coletivo, mas eles podem conviver juntos, desde que ele não seja nunca o que determina o desenvolvimento, as relações do poder, o entendimento, o saber. Se ele não é isso, ele convive, convive democraticamente, numa boa. Porque quem é que não gosta de ter de vez

em quando o seu carrinho para sair de casa, não é, ir num passeio? [ri] Todo mundo gosta. Agora ele pode ser maior, mais importante do que um ônibus, um coletivo? Não pode. Ele tem legítimo, mas não substitui o ônibus. Nem pode ser maior que um ônibus, ser superior ao ônibus. É o mesmo com o coletivo. E assim por diante. Então eu sou daqueles que não quero, jamais na minha vida, negar o interesse individual mas também não quero jamais, também, achar que o interesse individual é subordinado ao interesse coletivo. Isso que eu não concordo.

A. F. –Manuel, deixa eu perguntar uma coisa. Quando você estava na Suíça, você começou a receber notícia da ideia do PT, da liderança do Lula, você disse que teve uma discussão em grupo com os companheiros, que decidiram vir e se engajar. Ainda eram companheiros da AP?

M.C. – Não, não. Companheiros que estavam lá mesmo.

A. F. –Você já não estava mais ligado à AP?

M.C. – Estava. Continuei ligado na AP, mesmo lá.

A. F. –Porque a AP fez um debate interno, não é, sobre entrar ou não no PT.

M.C. – Teve.

A. F. –Se mantém candidaturas pelo MDB ou entra na construção do PT. Vocês tinham essa discussão no exterior também? Ou era mais aqui?

M.C. – Não. Lá, nós não tivemos nada. Quando nós estávamos lá, nós decidimos... Porque lá, não era só eu, tinha cara da AP, tinha outros companheiros.

M.M. – De outras orientações.

M.C. – É. Tinha outras tendências lá, de outros grupos. E esse grupo que estava lá...

A. F. –Grupo de brasileiros exilados.

M.C. – Brasileiros exilados, de diferentes forças políticas daqui, que foram refugiados, estavam lá. E reuniu eles, não é. Alguns eram de Goiás, eu não conhecia, outros eram de Brasília, tinha outros daqui de São Paulo. Tinha vários companheiros. E tivemos esse encontro lá. E a nossa discussão foi: chegando no Brasil, não ter conversa, ir direto para o PT ajudar a discutir. Quando eu cheguei aqui, os companheiros da AP que ficaram no Brasil

estavam programando um encontro lá no Rio de Janeiro. E eu fui para esse encontro. E lá foi feita a discussão. Discutiu-se, discutiu-se, conversa vai, conversa vem, mas o fato é que a maioria dos que estavam lá concordaram que nós devia ficar no PT. Só que depois, os companheiros que ficaram, a maior parte deles, resolveram sair, não ficaram mais. A gente ficou.

A. F. – Mas a AP não entrou como uma tendência. Entraram as pessoas da AP.

M.C. – Não. Entrou as pessoas.

A. F. – E já entraram como militantes do partido. Porque muitos grupos, nesse momento, decidiram entrar como grupo, como tendência. Mas a AP...

M.C. – Não sei. O Carlão, que é daqui, talvez saiba mais do que eu isso. Eu não sei bem. Mas eu era assim um... Tinha muitos companheiros que sabia que eu era da AP, tinha um pouco assim... alguns deles tinham um certo receio. Aquele Jacob Bittar tinha muito medo de mim.

A. F. – De qualquer grupo organizado.

M.C. – Ih... tinha medo demais. [ri] Jacob Bittar... mas se pelava. José Ibrahim também tinha medo de ver um que era organizado na AP, podia uma hora querer passar a perna neles. [risos] Mas não pensei isso, não. Nunca pensei nisso. Nunca.

A. F. – Com Lula, você sempre teve uma relação fácil.

M.C. – Com Lula, toda a vida tive uma relação boa com o Lula. Toda a vida. Teve coisa e tal, ele continuou sendo meu amigo assim, muito irmão, até hoje.

M.M. – Você teve essa experiência partidária eleitoral em 82, se candidatar a governador com o objetivo de ajudar a construir o PT lá. Mas você teve, depois, outras experiências também. Você chegou a ser candidato a senador também. E depois você foi eleito deputado estadual pelo Maranhão, não foi?

M.C. – Não. Eu nunca fui eleito. Olha, a primeira vez eu fui candidato ao governo de Pernambuco, que não fui eleito. Todo mundo sabe. Depois, cheguei no Maranhão, o partido, em 94, precisava de ter um candidato ao Senado, para compor com um outro partido chamado PDT, Jackson Lago, e PSB. O fato é que eles precisavam de um candidato ao Senado. E procurou-se, se procurou. Até que no dia último dia lá, num encontro dos partidos,

resolveram me indicar para ser esse candidato ao Senado. E aí eu, de novo, depois de muita reflexão, terminei por aceitar. Depois, em 68, o partido, de novo, precisava...

M.M. – 68 não. 88.

M.C. – 98. Perdão. 98. Precisava de novo de um candidato a deputado federal. De novo, o Mané sai de novo candidato a deputado federal. Mas nenhuma das vezes eu ganhei.

A. F. – Agora que eu estou me lembrando. Eu fiz essa confusão. Eu trabalhava no Cajamar, eu fui fazer um planejamento para a executiva do PT do Maranhão. E eu confundi, achei que era você que era o deputado estadual. Eu estou me lembrando agora. Era Dutra.

M.C. – Dutra. Deputado estadual. Eu nunca fui eleito. Eu não sei fazer campanha eleitoral. Não sei. Eu sei organizar, sei fazer um bocado de coisa, sei formar, politizar, trabalhar, criar um sindicato.

M.M. – Trabalhar para o coletivo.

M.C. – Agora para sindicato, minha filha, aí, sai de baixo. Se tiver um pelego bem ali, é para derrubar aquele pelego...

M.M. – Pode contar com você.

M.C. – Pode contar que ele não passa nem quatro anos, porque ele cai. Ele cai. Ele cai. Cai de braço aberto. Não tem jeito.

A. F. – E na fundação do PT, você estava no Colégio Sion?

M.M. – Estava. Ele assinou.

M.C. – Não, na verdade eu estava na fundação... Naquele tempo, sabe, ainda tinha um restinho de ditadura, então grande parte dos companheiros, mais expressivos, do nacional, tinham um pouco assim de receio. Me parece que tinham. O fato é que para assinar a ata de fundação do partido no Colégio Sion e as primeiras fichas de construção do partido, filiação, o primeiro foi esse companheiro que tem o nome dessa Fundação...

A. F. – Perseu Abramo?

M.C. – Não.

M.M. – O Sérgio Buarque.

M.C. – Não. Não. Como é que é nome? Mário Pedrosa. Não tem o nome. Mário Pedrosa foi o primeiro filiado nacional do Partido dos Trabalhadores, no dia da sua fundação no Colégio Sion. O segundo foi Apolônio de Carvalho. E o terceiro foi Manuel da Conceição. Eu fui chamado lá pela plenária, todo mundo me chamando, gritando. Aí eu fui, e cheguei lá, fiz a assinatura, preenchi a ficha e assinei a ata de fundação. Então, como os outros companheiros, os dois faleceram, tanto Mario Pedrosa e Apolônio já morreram, eu sou o primeiro vivo. [risos] Eu sou o primeiro filiado nacional do PT ainda vivo.

A. F. – Foi uma homenagem bonita essa, juntar vocês três, que vêm de três...

M.C. – Três vertentes diferentes. E aí eu me sinto orgulhoso, meu companheiro, por isso. E é por isso que eu tenho o seguinte. Eu só militei em organização política em duas. Eu nunca rachei com ninguém, nunca... nunca fiz isso. A minha militância foi só na AP, porque não tinha o PT, e o PT, que eu fui filiado só uma vez e até hoje nunca me desfiliei, continuo no PT, e acho que vou morrer petista. Por quê? Porque mesmo que tenha entrado algum cara safado, mas tem tanta gente boa dentro desse partido, que a gente vai buscar os bons, as pessoas *legais*, os companheiros que estão... nossos companheiros, companheiras. Não é isso? Se tem algum safado, a gente manda ele embora, fica para lá. Fica nós.

A. F. – E na época que eu estive no Maranhão, o PT tinha um grupo interno, que eu sei que o Dutra era ligado, tenho a impressão de que você também, que o pessoal chamava de PT de aço. É isso mesmo?

M.C. – É. O PT de aço foi um grupo de companheiro petista que resolvemos se organizar, porque nossa luta era no campo, o Dutra era advogado, e outros companheiros lá, e nós era uma massa imensa de trabalhadores que quase não tinha voz dentro do partido. Então nós vamos se organizar, organizar enquanto partido do campo, mais ligado a campo. Aí criamos o chamado PT de aço. Por que PT de aço? Porque foi assim... Esse nome, ninguém botou não, foi um nome por acaso. O Vilanova quando foi candidato a deputado, (eu sou ferreiro, não é) ele disse: “Mane! Tu não quer fazer para mim uma placa de ferro?” Eu digo: “Uma placa de ferro, não. Mas se tu comprar uma placa de alumínio, eu faço.” Ai ele comprou uma barra de alumínio grande, uma folha de alumínio grossa. Foi lá em casa. Eu mandei fazer o nome lá por um companheiro professor por nome de Jequié, que era para cortar, aí eu fui, cortei tudinho, linha por linha, fazendo buraco, não é. Aí, “Verigiano, ela está aqui.” “Rapaz, e é de aço!” [risos] Eu digo: “Não, é de alumínio. Alumínio grosso,

duro.” Rapaz! Pois não é que pegou? A partir daí, ficou PT de aço. Como ele era o líder principal de massa lá, aí esse nome passou automaticamente para nós, para o grupo todo. Não foi um nome assim... como se diz, que surgiu... não que nós batizasse. Não. Foi a placa. A placa era de alumínio duro, não é, terminou nego entendendo que era aço aquilo. Aí ficou PT de aço. O PT de aço do Vilanova, do Mané, do Dutra. Que nem estava o nome dele, não é, na placa, cortado. Aí essa placa, nós ia para o muro branco, aí levava ela, botava ela lá, encostava ela lá e botava tinta.

A. F. – Era a matriz, para fazer pichação.

M.C. – É, fazer pichação. () Placa de aço, não é.

M.M. – E a sua atuação, nos últimos anos, coordenando esse centro, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural? Quais são as coisas que você está realizando, quais são os seus projetos?

M.C. – Eu, na verdade, depois que saí de Pernambuco, em 85, 86, que eu fui para o Maranhão, eu continuei militando no partido, mas a minha atividade principal não era dentro do PT como instância, era mais no movimento sindical e associativismo de produção da agricultura familiar. Então a gente começou a trabalhar, construindo lá cooperativas de pequenos agricultor familiar; e foi indo, foi construindo. Quando chegou em nove cooperativas construída no Maranhão, nós construímos uma central. E da central, emendou com outros interesses nacional, a Contag terminou por assumir a luta pela construção de um cooperativismo de agricultura familiar, então nós, hoje, criamos a chamada UNICAFES. Sabe o que Unicafes?

M.M. – Não.

M.C. – UNICAFES é União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar de Economia Solidária. A nossa grande guerra hoje é criar essa base econômica de sustentabilidade da nossa luta, da nossa militância, e também nossa manutenção enquanto cidadão, enquanto pessoa. Porque nós entendemos que é preciso contribuir com os movimentos e é preciso que nós trabalhe para dar sustentabilidade à luta que travamos. Porque esse negócio da gente travar uma luta baseado em recurso de terceiro, que manda para a gente para barganhar alguma coisa, a gente termina às vezes se ferrando por isso. Então a gente quer trabalhar. Até está em nossos estatutos, tudo quanto é cooperativa nossa, está lá:

três por cento da nossa renda, da sobra de nosso negócio, do que nós temos, não é, três por cento é para investir na luta da classe trabalhadora no campo político e social. Então a gente vai querer... Esses três por cento é sagrado, a gente não tira ele, é uma contribuição para a luta dos trabalhadores nesse sentido. Disputar uma vereança, disputar uma prefeitura, disputar uma deputança, disputar... Enfim. Então, eu estou batalhando nisso aí. A gente não quer ser dependente de cem por cento, só porque... às vezes, a gente que é trabalhador, e depender cem por cento de quem tem recurso acumulado. Se alguém quiser doar algum recurso para ajudar, bem; se não puder, nós tem que ter nossa própria fonte de apoio de nossas lutas, não é isso?

A. F. –E a produção de vocês no Maranhão, hoje, é mais o quê?

M.C. – O Maranhão, meu companheiro, nós temos comido uma broa, porque... é o seguinte. O Maranhão, a cultura dele era arroz, feijão, milho e mandioca. Mas com a invasão de eucalipto e da soja, agora da cana-de-açúcar, do algodão, tudo se transformou em monocultura. E outra coisa. A criação de bovino, o Maranhão se transformou num grande criador de bovino. Então você lá só vê capim e arame e gado. Gado, gado, gado. E soja, eucalipto, essas coisas. Para nós recuperar, às vezes, uma área, sua muito. E não dá mais arroz que preste. Você tem que, agora, estar plantando culturas permanentes. Nós, nesses últimos anos, começamos em 94, criando as cooperativas na agricultura permanente, nós devemos ter umas duas mil hectares, que nós já implantamos, de cultura permanente, tem mais algumas áreas, que nós fomos à guerra...

A. F. –A cultura permanente é o quê? Árvore frutífera?

M.C. – É tudo frutífera. Fruta permanente. E criação de pequenos animais, que nós chamamos. Começa pela abelha, vai à galinha, para o bode, para o carneiro. Até aí. A gente para no carneiro. E depois vai para um local chamado campos. Nós temos lá as áreas do campo, chamado; lá, nós temos a seriema e temos emas. Então nós estamos orientando (a) pegar seriema e ema, que está também em extinção, acabando, a gente quer colocar em nossos campos também, que a gente está fazendo, para poder reproduzir lá e nós ter fartura. Por enquanto, não temos ainda, estamos só (dispersando). Porque falta nós cercar nossas áreas. Porque se nós botar ela solta, ela vai embora, não fica. E cercando a área, três, quatro alqueires cada área, dividido, não é, ela sai para um, a gente bota dentro do outro. E ela fica lá reproduzindo e dentro das áreas. Aí fica o veado, fica o caititu. Mas alguns que trabalham...

Alguma área que fica assim em boca de serra, que ficam lá escondidos mais, ainda sobra. Mas o que é de planície, está tudo acabado. Então nós estamos agora, é uma guerra que nós estamos travando com todo mundo, mostrando para o meu companheiro Lula (eu quero que ele saiba disso e quero que ele faça uma visita) que agronegócio é uma continuidade dos que, na época da escravidão, tinha como mercadoria o próprio escravo, que trabalhava onde eles era os donos. Para mim o agronegócio é uma continuação dos donos daquele modelo. Porque, minha companheira, não fica nada no campo. Não fica peixe, não fica fauna, nenhuma ave, nem pássaro, nem cotia nem paca nem tatu. Ninguém. E o último que sai é o ser humano, que é obrigado a migrar porque não tem como ficar lá também. Não fica nada. Fica o quê? Só o veneno e as pragas. Porque a praga, o veneno não mata tudo, porque são demais, não é, eles vegetam e... Agora, o que é de animal, que come a praga, não fica ninguém. Então, o que é que acontece? O Maranhão, toda a região do cerrado e área de transição da Amazônia está se transformando em deserto verde. É um deserto porque você vê lá verde, mas não tem vida. Não tem vida por quê? Porque, na área de soja, é agrotóxico, é veneno; e esse veneno é jogado de avião, cai nos rios, em todo canto, as águas do rio ficam empestada de doença; os peixes, bebem a água, termina morrendo, os animais, os pássaros, tudo, não é, fica tudo envenenado, morrem. Quem é que sobra? As varejeiras, as moscas, porque ela só tem um dia de vida, não é, reproduz de novo, então... está tudo se reproduzindo. Como não tem o predador amarelo, não tem o gafanhoto, não tem o gavião, não tem a cotia, não tem o macaco, não tem ninguém que coma ela, não tem pássaro nenhum, assim as varejeira estão... não tem quem vença para ela. E quem mais? Nós só tem o gado, porque esse veneno não mata o gado, não é, porque mata mais bicho que não tem osso, praga; e na água, porque os animal bebe. Resultado: os rios estão tudo morrendo, porque não fica mais área que eu chamaria ciliada, aquelas áreas ciliadas, às vezes de grandes igarapés, dos lagos, dos (), tudo, vai tudo derrubado, os pés de boi pisar e... tudo vai (), tudo virando campo. E a gente gostaria que o nosso presidente, no próximo mandato, olhasse bem para o fortalecimento dessa produção da economia familiar que nós estamos fazendo, dentro desse princípio de zelo pelo (Pindaré) ou (pelo que ainda resta), reprodução de novas plantas, que foram destruídas e nós estamos de novo trazendo, para plantar de novo....

[FINAL DA FITA 2]

M.C. – (.....) árvores grandes como bacuri, como pequi, como ipê, tudo quanto é madeira que dê fruta, que dê... madeira de negócio, não é, vá plantando. Porque a pior coisa é você tirar, só tirar, e não botar. Se o agronegócio só quer tirar, e não botar, então, chega um ponto que as terras, nem soja não vai dar mais, vira torrão. Então a gente está colocando as plantas, tudo que está lá, porque a gente acha que a gente não sabe fazer, nós já chegamos, encontramos; então, nós temos que deixar para o futuro. Vamos plantando. Vamos zelar, as poucas que ainda resta em algumas montanhas, alguns boqueirão; e onde é planície, que acabaram tudo, nós estamos plantando de novo tudo, a palmeira, a macaúba, tudo, as árvores que o campo tinha antigamente. Então, voltar de novo. Só que nós estamos carregando muito mais nas árvores que são frutíferas: no pequi, no bacuri, no caju, na mangaba. Vamos plantando também os outros; mas, principalmente, esses aí, porque ela gera alimento. É isso que nós chamamos cultura permanente. Porque você planta só uma vez; e é só colher dali para a frente.

M.M. – Eu queria ainda lhe fazer uma pergunta. Como uma liderança tão importante dos movimentos sociais no campo, como é que você vê o movimento dos sem-terra, o MST? Em algum momento, você teve uma aproximação e ajudou nesse movimento de organização; mas, depois, parece que você se distanciou disso.

M.C. – Eu, na verdade, fui um dos que ajudei a fundar, desde o primeiro momento, o MST do Rio Grande do Sul. Fui lá para ajudar a fazer a primeira grande ocupação que houve lá. E conduzi para o Maranhão, também, a proposta, ajudei a fazer lá o MST. Mas depois... havia um pouco assim de conflito, que eram dois. Porque hoje, um, eles já amenizaram, já estão fazendo. Que era: nós não vamos ocupar a terra só para ocupar; nós vamos ocupar para fazer ela produzir da melhor maneira possível. E aí precisa criar cooperativismo. E, no começo, os companheiros não queria a cooperativa, porque ele achava que abandonava a luta, achava que o pessoal abandonava a luta; passava a ser... melhorar a vida, não é, daqui a pouco... [ri]

M.M. – Não continuava na militância.

M.C. – Mais lutando, é. Não. Mas acontece que a cooperativa e os trabalhadores, para poder continuar lutando... Eles começam porque querem a terra, por necessidade. E depois,

com a cooperativa, eles continuam lutando por consciência, que é necessário mudanças. Se você se preocupa (em) só ocupar, só ocupar, mas não tem a política de formação permanente, formação científica, filosófica e técnica, os companheiros vão esquecendo de que ele... só queria comer mesmo, queria a terra para plantar para comer e pronto; e já tem ela, não quer mais lutar. É preciso despertar em cada um de nós essa consciência filosófica e política de transformação que a gente quer; se não, não adianta. Então, essa parte já venci. Hoje, já me entende, que é preciso produzir, produzir e formar gente com esse entendimento de que a produção é que vai dar sustentabilidade, garantir a melhoria de cada um de nós. A outra coisa que nós também conversamos meio de... que até hoje nós não conseguimos estar... assim, junto com tudo... A gente é amigo, a gente se respeita muito, demais. Tenho o maior respeito pelo João Pedro e todos os outros. Mas eu nasci, o meu nascimento de berço foi dentro da ótica da luta sindical; então, quando o sindicato passa a não continuar o papel dele, ao invés de eu criar uma outra coisa no sindicato, a minha luta é para tirar os dirigentes que não estão mais servindo àquele órgão; e colocar um outros que retornem à luta. Então eu... E nisso a gente não concorda bem. Então eu acho que a luta pela terra, eu nunca criei um outro instrumento porque, toda a vida, eu nasci fazendo sindicato; quando é pelego, a gente tira, derruba, bota outros, porque a gente quer ver os trabalhadores unidos no mesmo instrumento, pela sua luta pela terra, por tudo, os seus direitos que ele tem. E se eu começo a formar vários instrumentos...

M.M. – Concorrente, não é.

M.C. – É concorrente. Dividindo a categoria como um todo. Não dá. Então eu quero que ela se unifique, campo, cidade, no mesmo instrumento, tirando quem não está servindo e botando quem serve, quem está fazendo a luta. Daí porque eu acho que fora do sindicato... Então, eu só tenho incentivado dois grandes instrumentos, aliás, três: o partido, porque é necessário à tomada do poder, porque sindicato não nasceu para tomar poder, quem nasceu é partido; dois, sindicato, porque é o que mobiliza para a conquista do imediato, desde a questão da terra, passando por salário e tudo; mas, não toma poder, mas ajuda cobrar os direitos que a gente tem; e o cooperativismo, porque é uma forma que você tem para poder acumular o que você precisa para poder continuar nessa caminhada de transformação, porque ali está o berço do entendimento. Sem solidariedade, sem coletivo não há mudança. Então a gente gostaria de estimular esse entendimento, no plano político, no plano cultural, no plano

ideológico, no plano educacional, filosófico e técnico, a seguir nesses três grandes instrumentos. Fora outros que se tira mais, porque se organiza mais pensando em outros, em outras formas de pensar, às vezes em Deus, no céu, na religião. Isso é coisa que a sociedade cria. Agora instrumento, mesmo, de luta, eu entendo que esses três instrumentos – partido, sindicalismo e cooperativismo – são os instrumentos que o povo precisa construir para poder controlar a produção, o negócio, a comercialização, tudo, não é. E a luta social e a luta política. Essas são as três ferramentas que eu considero as principais. E aí eu quero ver os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, juntos, com esses instrumentos. É o que eu entendo até agora. Ainda não vi outra coisa assim, melhor do que esses aí, para fazer essa luta. Agora, também não... Se os companheiros querem fazer, a gente ajuda, apoia, muitas vezes, porque é preciso. Mas eu já ajudei a criar o MST, ajudei a criar o MLST... Sabe o que é isso, não sabe? [risos] Mas não estou fazendo parte de nenhum, como dirigente. Eu sou uma pessoa que ajudo, porque nós, aí no momento, temos um entendimento; mas depois a pessoa começa a entender outra coisa, eu vou... olha, então vocês vão indo, eu vou ficando para cá. [risos] Ficando só. O que eu não abandonei até hoje foi esse entendimento de que a luta sindical, o que eu tenho que ajudar é não deixar com que pelego, que está lá só para comer e pegar dinheiro, fique a vida inteira lá. Não. Eu quero lá companheiro que lute. Eu digo companheiro e companheira, porque... por que tem que ser só homem? Tem que ser companheiro e companheira.

A. F. – É isso. Manoel, muito obrigado. Foi ótimo. Já exploramos bastante...

– Tem uma série de músicas feitas na época, em 1966, 67, quando cortaram a perna do Mané, tem uma música, foi feita uma homenagem a Manoel da Conceição, chamada “Minha perna é minha classe”. Eu tenho gravado. Depois, eu vou mandar para vocês.

M.M. – Ótimo. Pode mandar.

– E também, Manoel não falou mas, havia uma luta lá, que era para não vender o arroz na palha, se eu entendi bem. Porque chegou essa música para mim, de 1970, de não vender o arroz na palha. A cooperativa comprava o arroz, vendia e repassava o dinheiro. Ela vendia para os grandes comerciantes. Também essa música está gravada, é uma música dos camponeses lá da região.

M.C. – Se me permite, vou repetir o que ele está falando aqui. Na luta pela prisão do gado, mesmo com o golpe, nós conseguimos impedir com que gado comesse a nossa produção de arroz, milho e mandioca. Fomos uns paus furado, os cacetes mas impedimos, mesmo depois do golpe. O que é que aconteceu? Nós descobrimos também que, o gado era um problema, mas o pior problema era o atravessador, que comprava... Aquilo que eu já falei no começo do Luís Soares, comprava do meu pai a produção e vendia de um ano para outro. Então, eles vendiam a produção deles lá, o tecido, os pratos, panela e tudo, e quando era no final do ano, pegava toda nossa produção por um preço insignificante, recebia, para pagar as dívidas que tinha feito já no outro ano. Isso era a cultura da região. O que é que nós fizemos? Daqui para a frente, nós vamos criar nossas cooperativas, dos pequenos agricultores, vamos armazenar toda a nossa produção nessas pequenas cooperativa e negociar com os pequenos comerciantes e das grandes, as dívidas, para só pagar quando vender o arroz, de outubro em diante, porque é quando dá preço. Daqui até lá vai ficar preso o arroz nos nossos armazéns. E foi por isso, meu companheiro, que quando chegou nessa parte de prender a produção, para não entregar para os comerciantes lá a qualquer preço, foi que o exército *interviu*. Porque, enquanto nós estava só fazendo zoada, não tinha ido lá. Mas na hora que prendemos a produção integralmente – a produção nossa é para vender quando tiver valor, e valor só vai ter de outubro em diante, outubro, novembro, dezembro, aí começa a ter um preço razoável –, aí eles não aceitaram. Num mês, nós fizemos o seguinte. Nós pagamos até os chamados impostos que a lei exigir, por causa desse atraso, mas nós vamos pagar vocês tudinho. Nosso dinheiro que estava no banco, também, do gado que tinha vendido, que botava lá para pagar advogado, o exército tomou, o arroz e o dinheiro [risos] todinho. Tomou tudinho, minha filha. Ficamos sem nada. Mas a ideia de cooperativismo pegou. Porque a gente entendeu que uma parte do poder está na questão econômica. Quer dizer, quem tem o poder econômico já tem cinquenta por cento do poder nas mãos. Quem tem o poder, que nós hoje descobrimos, mais tarde, não é, que é o poder chamado do conhecimento científico, filosófico e técnico, tem a outra metade. Então, por isso que nós dissemos o seguinte: é preciso a junção de quem produz, faz a riqueza, com nossas mãos, com nossa força do corpo, dos braços, se juntar com quem tem o outro lado, que é quem tem acumulado em si o conhecimento científico e técnico. Ao invés de vender esse conhecimento para o patrão, como mercadoria, nós vamos só – se ele saiu de nós, não é – trocar informação, e eu te ajudo, tu me ajuda, e como é que a gente convive com nosso conhecimento e nossa força de trabalho; como é que a gente se

completa nisso aí. Aí é que está a grande questão. Por isso que eu quero dizer o seguinte: nós precisamos incentivar a questão da cultura popular, do teatro, da música popular, fruto da nossa luta, do nosso trabalho, da nossa produção e tudo, também, entra na nossa união. Então eu acho que se nós, enquanto não começar entender que é preciso essa socialização em primeira mão... nunca vamos pensar que vai existir socialismo só porque eu pensei teoricamente; mas que, na prática, não exista isso. Daí porque a gente está entendendo o seguinte. É preciso, meus companheiros, essa paciência pedagógica de Jó. E assim como eles são continuadores dos donos dos escravos, eu reivindico e digo para vocês aqui, com toda letra de forma e com todo vapor, que eu me considero um companheiro com mais outros companheiros que estamos continuando aquela luta travada por Zumbi de Palmares, por Antonio Conselheiro, por Balaiada, no Maranhão, e muitos outros companheiros que foram mortos, morreram querendo transformação, para acabar com a escravidão. Não viram. Mas ela hoje não existe. A gente também, hoje, pensa o seguinte: queremos uma sociedade democrática, fraterna, humana, sei lá, socialista, não sei como é que é o nome, sei que é uma coisa boa. [ri] A gente está investindo nesse rumo. Nesse rumo. Eu não sei quem é que vai continuar depois; mas, enquanto a gente estiver vivo, quero estar fazendo a minha parte, fazendo uma partezinha, para outros continuarem quando a gente morrer. Eu não estou continuando aquela de Palmares, de Zumbi, de Antonio Conselheiro e outros? Então, outros vão continuar. O Lula, vamos botar para frente, o Lula, Mané e muitos outros, vamos continuando por aí afora. Então a gente faz isso em homenagem a todos que já faleceram, que lutaram, derramaram sangue, perderam a vida, não é. Eu tenho que prestigiar isso, essa luta para essa transformação. Essa foi a parte que a prática me mostrou, é necessário a gente não achar que as coisas começou de nós para a frente. As coisas começou muito antes de nós, muitos anos. E vai até não sei quando. Mas é isso.

– A música “Minha perna é minha classe”. É uma música simples. É assim: “Manuel da Conceição, sua perna é sua classe; o homem se pode ferir, o homem se pode matar; uma classe não se pode por muito tempo explorar”. Isso foi feito em 68, quando cortaram a perna do Manuel. E ele esqueceu de contar alguns detalhes importantes. O Sarney foi oferecer uma perna para ele. Ele não contou aí, mas é importante. [risos] E ele não aceitou.

M.C. – Quando eu perdi essa perna, que houve a chamada revolta do campo e também de São Luís, dos estudantes, dos médicos, o Sarney ficou um pouco assim... talvez,

envergonhado, não é, porque dera uma de democrata, ele veio do Japão só para dizer que rechaçava os que tinham feito essa perversidade e que prometia me... garantia a minha sobrevivência da melhor maneira possível. E que mandar lá, no hospital, alguém dele lá para conversar comigo. Eu tinha acabado de lançar uma nota, que já falei para você aqui ainda agora, que saiu no jornal...

M.M. – Na *Veja*, eu acho, também.

M.C. – Saiu no jornal da AP, saiu no jornal do Maranhão, saiu na... em todo canto aí. Aí o Sarney mandou lá o secretariado dele de governo para conversar comigo, dizendo que não foi culpado, que foi um erro do prefeito, de não sei de quem, da polícia, mas que ele ia me garantir uma perna mecânica da melhor qualidade, uma casa para mim morar, mesmo em São Luis, não precisava voltar mais para o interior, um carro, para quando eu quiser voltar a passeio lá e fazer algum trabalho dentro da minha atividade política, eu ter para fazer, com motorista e tudo, e um emprego para minha mulher trabalhar, lá em São Luís, poder ganhar a vida. Eu fiquei escutando essas propostas... e depois, eu disse assim para ele: “Doutor, o senhor vai dar perna para todas as pessoas que eu vejo aleijado no Maranhão, que pede esmola? Casa para o Maranhão, todo mundo que está aí sem casa, (eu via aquele pessoal morando lá, numa situação difícil, água embaixo, terrível) vai ter condição de construir casa para eles também? E esse carro, todo mundo que não tem, também, vai ter um carro para andar quando precisar? Porque doutor, quando o senhor fazer tudo isso que o senhor me prometeu para os outros... eu também não sou besta, eu quero a minha – mas, enquanto o senhor não fizer para os outros tudo o que o senhor me disse, eu não quero. Eu não quero, sabe por que, doutor? Porque essa perna, eu não perdi defendendo a sua campanha política, eu perdi essa perna defendendo os trabalhadores dos seus direitos, que eles têm, de possuir a terra. E eu acredito, doutor, que a minha perna, se cada companheiro der um centavo de - naquele tempo – de cruzeiro, eu vou ter uma perna tão boa como essa que o senhor está falando, porque a minha perna vai ser dada por minha própria classe. Minha perna é minha classe.” Eles voltaram de lá, interditaram o hospital, a porta do meu quarto, onde eu estava hospedado, lá, me tratando, e botaram um guarda, um policial, para não deixar ninguém entrar mais, até o dia que eu saí de lá. E aí, daí para cá saiu, no jornal, essa frase: a minha perna é minha classe. E ficou até hoje. Está aí, espalhado por todo canto, na Itália, Japão, Suíça. Aí tem uma música assim. Agora não vou me esquecer mais de nada. Esse terror

anticomunista, eu, na época, não sabia nem o que é que era comunista ainda. Ouvia só falar, que meu avô falava, como bicho-papão; eu tinha era medo. Eu gostava da palavra subversão. Sabe por quê? Porque eu achava bonita demais. Rapaz, eu... a subversão...

M.M. – A subversão da ordem. [ri]

M.C. – É, da ordem. Eu achava bonita a palavra. Eu dizia, eu quero ser um subversivo. Subversivo, subversivo, tem que ser subversivo. [risos] Mas comunista não. Comunista era aquela coisa que meu avô dizia. Não quero nem ver. Mas como fizeram o terror lá anticomunista, dizendo que eu era comunista, aí eu, um dia, conversei com Rui, Rui Frazão: “Rapaz, o que é comunista?” “Rapaz, comunista é mesmo que subversivo. Ser comunista é ser... é a mesma coisa dizer subversão.” Aí eu fui estudando, estudando, estudando... Até que nós resolvemos fazer uma campanha anti o terror da ditadura na região, transformando tudo que eles fizeram lá de agressão em música do povo. Tinha um companheiro que tocava violão até bem, ele gostava também de cantar, e nós se juntamos lá com as comunidade e começamos a produzir música, meu companheiro. Me lembro, primeiramente, de duas lá, que eu me lembre.

M.M. – Então canta.

M.C. – Uma diz assim. Uma foi sobre os comunistas. Aí nós assumimos ser comunista. Daqui para a frente... Até hoje, nós não era, não; mas agora nós somos comunista. Estamos dizendo que comunista é o cão. E nós não somos cão. E estão dizendo que eu que sou comunista, nunca fiz mal aqui; então eu tenho orgulho de ser comunista o que eu estou fazendo. Aí começamos. Primeira música dizia assim... Chegava na comunidade, reunia todo mundo, começa a discutir... agora, *vam'bora* cantar. *Vam'bora*. Como é que é a música. *Vam'bora* botar no papel. Distribuía o papel para todo mundo, escrito. Era assim: “Sou comunista, companheiro, sou contra a fome e o cativo; os camponeses e os operários pagam foro e recebem salário, são explorados pelos latifundiários, pelos capitalistas, e é por isto que sou comunista.” Essa é uma delas. Então os trabalhadores rurais, os camponeses, os operários, os camponeses pagam foro porque... O que é que é foro? Nós, para trabalhar na terra dos homens lá, tinha que pagar renda. Nós trabalhava, de cada dez alqueires três era do dono da terra, sem fazer nada. Só porque a gente... Cada dez alqueires três era do dono, nós ficava só com sete. E eles compravam o nosso a preço de galinha morta. Porque todo ano que tinha o preço do arroz, que nós tinha, eles derrubavam o preço, ficava lá embaixo. Quando a

gente passava para o lado deles, subia o preço. Porque só é caro enquanto está no paiol deles; quando está no nosso, aí não tem valor. Então essa foi uma das músicas. Aí tinha outra, que nós dizia o seguinte: “A polícia atacou os camponeses e seu sindicato, roubaram os ferros deles trabalharem, prendeu e desacatou. Se o governo está pensando que a luta vai acabar, está errado, está errado, pois continuaremos a lutar.” Era outra. É só um pedacinho, que eu não sei mais toda.

– Nós estamos fazendo, já tem uns sete ou oito anos que eu venho gravando as músicas que foram feitas pela ação popular, dos trabalhos no campo na Bahia, no Maranhão, no Goiás, e edita.

M.C. – Manda o Carlão mandar para vocês a fita que ele ainda tem, que não é toda não, mas nós temos um bocado. Manda a fita para vocês. Se quiserem gravar...

A. F. – Ótimo. Para nosso acervo aqui, é muito bom mesmo.

M.C. – Se quiserem gravar, reproduzir direitinho... Até, quem sabe, entendendo hoje a nova conjuntura, como é que se faz uma chamada reforma. Está entendendo, meu companheiro? Como é que faz a reforma. Quem sabe cantores mais gabaritado, sabe o que é música, fazem bem feitinho. Quem sabe? Eu queria só dizer a vocês mais uma coisa, antes de ir me embora. Eu queria só dizer a vocês que eu estou agradecido por ter vindo aqui neste local da sede que homenageia o meu companheiro, jornalista, que já faleceu, e que a gente vai continuar nesse trabalho. E espero que cada um de nós que estamos vivo nessa luta, seja um lutador ou uma lutadora, um transformador da sociedade. E se o Lula tiver mesmo, de fato, solidificado essa ideia de mudança, eu espero que cada um de nós, homem ou mulher, negro ou branco ou amarelo, deputado ou senador, governo ou prefeito, passe a agir e fazer o que o Lula quer fazer. A gente quer essa mudança; mas eu sei que um homem só não muda. Precisa ser milhões de homens, de mulheres, jovens, negros e brancos e amarelo. Então eu acho que um só não muda. O presidente não muda os rumos desse país se cada um de nós não for igual ao presidente, agir igual a ele, pensar igual a ele, fazer igual a ele, votar, se for necessário... Enfim. E dar continuidade, mesmo depois dos novo quatro anos, que eu espero que ele ganhe. Quem é o nosso próximo Lula, que a gente vai manter de novo lá em cima para continuar essa obra? Comece já a pensar nisso desde agora. [risos] Daqui, se Lula ganhar esse ano, 2006, não é, em 2007 conta mais quatro anos. Quatro anos depois, quem é o nosso próximo, para dar continuidade nos passos que ele deu, continuar dando naquilo que

ele já fez até lá, e deixou, porque não vai construir tudo; mas, quem é que vai dar essa continuação? Comece a pensar, meu irmão, todos nós pensando coletivamente, para ver se a gente começa a enxergar essa figura ou essas figuras. Que a gente comece a ocupar nossos espaços, lá onde a gente está, lá na prefeitura, lá no vereança, lá no governo, na deputança estadual, na deputança federal, senadoria federal, enfim... E mais. E esse juizado que está aí? Como é que a gente acha que vai mudando isso também, mudando os rumos deles. Porque muitos deles têm rei na barriga. Grande quantidade. Não digo todo, não. Mas tem uma grande quantidade de juiz tem o rei sozinho na barriga. O que ele diz, mesmo que seja mentira, tem que ser verdade. Não dá. E aí tem que mudar esse tipo de pensar. Então, o meu recado é para todo mundo, juiz, senador e todo mundo que está aí: largar esse negócio de ser rei, de ser igual àquele, daquele tempo, dono de escravo, só eles é quem mandavam, mandavam chute.....

[FINAL DA FITA 3-A]

M.C. – (...) Foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Por que eu digo isso? Porque foi o presidente que eu vi ele sentado em coletivo de trabalhadores e trabalhadoras de todas as categorias, trocando ideia, trocando brincadeira, dizendo, ele dizendo, nós dizendo o que a gente quer. Com os outros, quem foi? Eu nunca peguei na mão de um presidente brasileiro. O primeiro foi o chinês, o segundo foi o Lula. Nunca. Então, os camaradas lá, os caras que está lá em cima, aqueles lá, mas é com ódio. E o Lula, eu chego lá, converso, a gente troca ideia, troca opinião, a gente não... talvez, não tem esse conflito (até hoje, nunca apareceu) entre nós. Eu tenho muito respeito pelo Lula. Independente do que ele seja futuramente, eu tenho respeito, hoje, pelo Lula, como ele é e como ele está agindo. E quero que ele continue assim. Certo? Meu companheiro. Desculpa a minha...

A. F. – Obrigado. Não. A gente é que pede desculpa por qualquer coisa.

M.M. – É. Muito obrigada. Foi um prazer e uma honra conhecê-lo. Vamos cantar parabéns para o Manoel.

M.C. – Lá no interior... Quando eu nasci, lá no interior onde eu morava, o dia só começava quando nascia o dia, sol nascia. Então, como eu nasci à noite do dia 24, que foi quatro da madrugada, o meu pai registrou que eu nasci no dia 24 de julho. Só que na verdade, na verdade, se você vai buscar...

M.M. – Você nasceu no 25.

M.C. – Nos 25. Foi quatro da madrugada, não é. Mas como ele me dizia que era 24 mesmo, é 24 mesmo, minha filha. Eu adotei como 24.

M.M. – Isso. Vamos cantar parabéns para ele.

– Deixa eu te contar. Você sabe que de toda a campanha da anistia, uma das coisas que mais ficou na minha lembrança foi a sua chegada no aeroporto. Você se lembra? Foi uma coisa fantástica. Porque o pessoal pegou, botou o Manuel assim nos ombros e saiu uma passeata dentro do aeroporto, com os guardas, aquele pessoal da polícia todo assim... Eles ficaram tão espantados com o atrevimento que não fizeram absolutamente nada. Não foi? Não foi *legal*?

M.C. – Pena que nós não temos foto.

– Eu não sei. Naquele tempo era muito difícil você tirar fotografia. Você sabe que eu não tenho uma fotografia de todo o período que eu passei em Salvador. Era uma época em que a gente não tirava fotografia porque você podia não só se encrencar com a polícia mas encrencar outras pessoas, então...

– Eu não tenho uma fotografia da minha filha, até a idade dela de dez anos.

– É. Mas é isso. Eu tenho fotografia assim, de paisagens, de festas populares, isso eu tenho. Mas da nossa família, dessa época, eu não tenho. E a gente não escrevia mais carta também, com a preocupação de não saber onde ia parar.

M.C. – Foi um prazer estar aqui com você, com você, com os amigos, aqui, nesta Fundação. Tenho muito orgulho por estar aqui nessa Fundação. E na fundação desse partido. Tenho muito orgulho.

M.M. – Foi muito boa a sua entrevista.

[Cantam todos o parabéns]

M.M. – Parabéns. Não só pelo seu aniversário como pela sua trajetória.

[FIM DO DEPOIMENTO]

